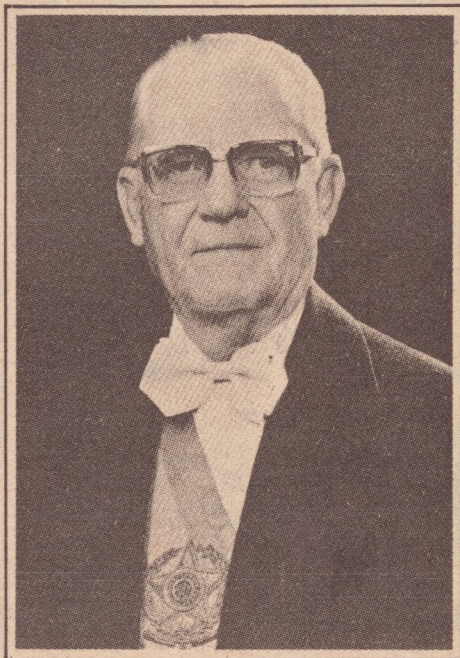


EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 172 • Ano VI • De 2 a 15 de junho de 1983 • Cr\$ 150,00

**"De Marx a Lenin e...
ao PMDB"**
Uma resposta ao
artigo "EM TEMPO, um passo
atrás e outro também"
de Adelmo Genro Filho.
(pág. 14)



O JOGO BURGUEÊS DA SUCESSÃO

Figueiredo se movimenta por todo o país, tecendo os fios da candidatura oficial, coordenando o seu rebanho. Nas fileiras do governo, corrupção, servilismo e até pontes de safena entram no jogo bruto da escolha do candidato. Enquanto isso, César Cals trabalha a tese da reeleição de Figueiredo. Brizola apoia mas por um mandato menor e em troca da marcação da data das eleições diretas. O PMDB, dividido, tropeça e busca a negociação. Onde ficam os interesses dos trabalhadores? *Páginas 2 e 3.*

Conclat 83

No compasso de espera

Graves possibilidades cercam a realização do próximo congresso máximo dos trabalhadores brasileiros

(pág. 11)



CHILE

O grito de liberdade varre as ruas de Santiago

(pág. 9)

PTB & PDS



O que está por detrás
desse acordo?

(pág. 4)

Lutaremos até o último homem

Em longa entrevista, as palavras calorosas de Ernesto Guitierrez, embaixador da Nicarágua. (págs. 8 e 9)

PT

A nova ofensiva da direita

(pág. 6 e 7)

Editorial

A sucessão presidencial é o tema que hoje anima os corredores e gabinetes parlamentares. As diversas forças dentro do PDS lançam seus balões de ensaio, apresentando nomes presidenciais, cuja cotação do mercado modifica-se dia a dia. A oposição, ainda tímida diante do processo inaugurado pelo próprio regime, vacila, arriscando-se vez ou outra a apresentar os seus próprios balões de ensaio, com nomes que supostamente representariam uma "conciliação nacional", ou ainda propostas de campanhas por eleições diretas.

Na verdade, os próprios partidos de oposição burguesa ainda não se definiram por uma luta real pelas eleições diretas. Por enquanto, suas preferências estão nos acordos nos bastidores, em saídas negociadas. Ou seja, os partidos da oposição burguesa se colocam claramente no interior do projeto aberturista, discutindo apenas se ele avança um pouco mais ou um pouco menos. Não se dispõem, de nenhum modo, a lutar contra o regime, a se opor frontalmente às suas manobras. No fundo, as classes dominantes estão de acordo, no essencial, quanto à necessidade de se unirem para enfrentar a crise.

Mesmo um opositorista de tradição "de esquerda", o senador Fernando Henrique Cardoso, veio a público para dizer que não é hora de lutar pela distribuição de renda, porque não há renda para distribuir. Declaração que expressa com uma clareza total a ideia de que agora não dá para querer mudar muito as coisas... Enfim, a tibieza com que os partidos da oposição burguesa vêm tratando a luta pelas eleições diretas para presidente é um elemento da sua política geral de integração na política de "abertura" do regime, de aceitação de situação de opressão e de exploração.

Mas o fato é que, hoje mesmo uma luta vigorosa, massiva, por eleições diretas é muito pouco para enfrentar a "abertura" da ditadura. Falar só em eleições diretas significaria colocar num segundo plano a luta contra vários instrumentos da ditadura que continuam vigentes: a Lei de Segurança Nacional, em primeiro lugar; a legislação que permite ao governo intervir nos sindicatos, a lei de imprensa, a lei dos estrangeiros, as restrições incorporadas à Constituição à livre organização partidária, e assim por diante. É evidente que o interesse dos trabalhadores obriga a lutar contra tudo isto, no mesmo momento em que lutamos pelas eleições diretas.

Salta aos olhos que a única atitude coerente, que unifica todas estas lutas contra a ditadura, que busca barrar a auto-reforma do regime, é a luta pela Assembleia Nacional Constituinte, Soberana e Democrática. O enfrentamento à ditadura, e aos seus projetos exige hoje, mais que nunca, a combinação da luta pelas eleições diretas com uma campanha vigorosa e massiva pela Assembleia Constituinte.

As muitas fraudes do colégio eleitoral

Aqui, o voto popular é tratado, decomposto e fraudado. A instituição máxima da ditadura resume todos os seus casuismos.

No dia 15 de janeiro de 1985, se tudo correr como o governo prevê, um colégio eleitoral formado por 686 eleitores se reunirá para eleger o presidente e o vice-presidente do país por um mandato de seis anos. O PDS minoritário nas últimas eleições realizadas tem uma maioria folgada de no mínimo 32 votos neste colégio. Como para vencer, o candidato precisa ter a maioria absoluta (maioria mais um) dos votos do colégio, a permanecerem estas regras, o candidato indicado pela ditadura será o novo presidente do país.

Há muitas razões para se questionar a representatividade deste colégio eleitoral, composto à medida dos interesses continuistas da ditadura. Ele é formado por 479 deputados, por 69 senadores e 138 delegados indicados pelas Assembleias Legislativas de cada estado (o partido majoritário em cada uma delas indicará seis delegados entre seus membros).

Em primeiro lugar, entre os 479 deputados eleitos está embutida a desigualdade da representação da população dos proporcional estados. Atualmente o número de deputados eleitos em cada estado não é proporcional ao número de habitantes. Há uma clara subestimação do número dos deputados eleitos por estados mais populosos e uma superestimação da representação dos estados manores, onde o governo tem uma votação melhor. É assim que apenas de minoritário no cômputo geral de votos, o PDS por pouco não elegeu a maioria dos deputados da Câmara Federal.

Em segundo lugar, entre os 69 senadores estão os famosos biônicos, guindados ao Senado por indicação.

Em terceiro lugar, o critério de dar uma representação igual de seis delegados para todos os estados fraudada novamente a manutenção de uma proporcionalidade em relação ao número de eleitores de cada estado. Assim, por exemplo, o estado do Piauí terá direito de indicar o mesmo número de delegados que São Paulo. Isto sem contar, todo o tipo de restrições eleitorais e a livre organização partidária, além das desigualdades econômicas que pesam contra os trabalhadores no jogo eleitoral burguês.

A provável coligação com o PTB

O PDS tem 359 votos no colégio eleitoral, o PMDB soma 275 delegados, o PDT 30, o PTB 14 e o PT 8. Pela legislação vigente, os partidos não são obrigados a apresentar candidato à Presidência da República. E apesar de não poderem compor chapas conjuntas - o presidente sendo de um e o vice-presidente de outro partido - podem, mediante acordo, apoiar candidato de outro partido.

Assim, é mais que provável que os 14 votos do PTB venham a se somar com os 359 do PDS, aumentando ainda mais a diferença em seu favor.

Por outro lado, a possibilidade de que o PDS venha a entrar dividido no colégio eleitoral é remota. O governo já se empenha de corpo e alma em garantir a indicação segura de um candidato majoritário em sua convenção (ver matéria abaixo). Assim, basta ao PDS fechar questão em torno do nome



A sucessão e os ratos

Vale tudo na disputa dos votos: corrupção, subserviência e até pontes-de-safena.

As hostes do governo continuam agitadas na disputa dos votos do 964 convencionais do PDS que se reunirão no próximo ano para escolher o candidato oficial à Presidência da República. A lista dos candidatos é extensa e reúne a nata dos corruptos e políticos de plantão da ditadura: o troglodita Paulo Maluf, Mário Andreazza com ficha suja em vários casos de corrupção e condenado pelo Tribunal de Contas da União quando era ministro dos Transportes, Aureliano Chaves, Hélio Beltrão, Antônio Carlos Magalhães, Marco Maciel, o general Costa Cavalcanti.

Toda a tática do governo no presente momento tem consistido em isolar a candidatura de Paulo Maluf que, assumindo as iniciativas dos contactos, já conta com um apoio nada desprezível no colégio eleitoral. A indicação de Maluf seria desastrosa para os planos do governo de ter um candidato com trânsito e capacidade de negociação entre as oposições burguesas.

A luta contra Maluf se desenvolve em várias frentes. Em seu programa semanal na TV, Figueiredo tem frequentemente lançado críticas mal disfarçadas a Maluf, procurando tornar público o desabono oficial a sua candidatura. Estimulou o lançamento de uma chapa alternativa na eleição dos convencionais do PDS paulista. Liberou o sinal verde para o progresso de candidaturas como a de Mário Andreazza que disputa junto com Maluf o voto no nordeste. Influuiu diretamente na escolha dos convencionais do PDS para garantir o controle da maioria da convenção de maneira estrita.

Paralelamente em São Paulo, a nata do empresariado multinacional e nacional, representada pelos principais diretores da FIESP e do setor financeiro,

promoveu uma faustosa recepção a Aureliano Chaves em claro desabono à candidatura Maluf em seu território. Não faltou a presença do governador Franco Montoro ao evento, na frente ampla contra Maluf.

Fisiologismo

Não faltou quem cobrasse dos candidatos a candidato oficial um programa político. Suave inocência! A pobreza das ideias é o contra-ponto de um jogo do vale tudo, onde os personagens procuram se equilibrar entre toda espécie de manobras sujas e ardis.

Paulo Maluf, no seu descaramento, chega aos limites da caricatura. Dizendo que o seu maior trunfo é o poderio econômico, Maluf tem entre seus adeptos mais fiéis uma série de políticos que fizeram ponte de safena no coração quando era governador do Estado de São Paulo. Entre outros, são safenados malufistas o presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Sobral Neto, o deputado Flávio Marcílio, o deputado Mauro Sampaio, o deputado estadual José Wilfrido, o deputado Ossian Araripe, o deputado Milton Brandão, o senador Elvídio Nunes (Ceará), o deputado Vingt Rosado.

Andreazza, de acordo com os repórteres, mais bem barbeado e perfumado do que nunca, conta com o apoio de um dos ministérios mais bem dotados de verba, o ministério do Interior. Aureliano, o civil de farda, tem no seu currículo a mais absoluta lealdade aos chefes militares e não perde qualquer oportunidade de anunciar a sua condição de soldado leal de Figueiredo. Beltrão, candidato que se diz não em campanha, multiplica visita aos estados e acontecimentos, procurando se colocar em evidência.

Ainda há queijo na dispensa e os ratos estão em franca agitação.

indicado: os delegados do partido cometerão infidelidade partidária e perderão o mandato se votarem em candidato de outro partido.

A alteração destas regras está con-

dicionada, no plano parlamentar a um acordo com o governo já que é necessário dois terços dos votos do Congresso e do Senado para mudar o artigo 74 da Constituição Federal em vigor.

As oposições burguesas fazem as apostas

O movimento pela busca da unidade das forças burguesas em torno de um projeto, através da negociação da sucessão e de mudanças no modelo econômico, é amplo, profundo e disseminado. Abarca todos os setores da vida do país e exerce pressões sobre todas as instituições. Seria incorreto, no entanto, falar da existência de um plano definido: a sua definição é antes resultado de um jogo de pressões e contra-pressões travado entre as várias forças políticas no espaço de negociação permitido.

É impossível compreender o que se passa no país sem partir desta perspectiva, deste ponto de vista.

A fórmula de um candidato civil, aventada e reiterada por vários ministros militares é, deste ponto de vista, semelhante à proposta de Tancredo Neves de uma candidatura de consenso que unificasse o conjunto do país, que teria apoio suficiente para enfrentar a grave crise social e econômica. Um tal candidato, na definição do próprio presidente, Figueiredo, teria que ter uma imagem não desgastada junto à população e trânsito livre para negociar entre os diversos partidos.

As oposições burguesas não dispõem de força parlamentar suficiente para alterar a Constituição e tampouco estão dispostos a liderar um movimento popular pela desestabilização do governo Figueiredo. Logo, agitam aqui e ali a bandeira das eleições diretas, evitando dar a ela o conteúdo de uma campanha que se radicalizasse à medida em que fosse sendo assumida por mais e mais setores populares.

Um outro balão de ensaio foi proposto pelo ministro César Cals e levado ao congresso pelo deputado pedessista José Camargo. Trata-se da proposta da reeleição de Figueiredo em troca da diminuição de seu segundo mandato de seis para quatro anos e a marcação para esta data das eleições diretas para presidente. A proposta foi rebatida por Brizola: a reeleição de Figueiredo por um prazo de dois anos a partir do qual seriam convocadas eleições diretas, coincidindo exatamente com o final do mandato dos governadores eleitos no ano passado.

A adesão eventual a estas propostas por figuras da oposição burguesa não tem significado o abandono, pelo menos formal, da proposta de eleições diretas. Entende-se: as oposições burguesas não dispõem de força parlamentar suficiente para alterar a Constituição e tampouco estão dispostas a liderar um movimento popular de desestabilização do governo Figueiredo. Logo, agitam aqui e ali a bandeira das eleições diretas sem dar a ela, no entanto, o conteúdo de uma campanha de rua que se radicalizasse à medida em que fosse sendo assumida por mais e mais setores populares.

É sintomático neste sentido a dificuldade do PMDB em deflagrar uma campanha pelas eleições diretas que unificasse o partido através de uma bandeira que ocupou historicamente um lugar de honra em seu proselitismo. Várias reuniões da executiva nacional do partido foram realizadas sem conseguir dinamizar a campanha. E mesmo que ela venha a ser deflagrada terá inevitavelmente o papel real de mecanismo de

Candidato de consenso, mandato-tampão, novo ministério econômico, eleições diretas negociadas. No laboratório da sucessão, as diversas forças burguesas buscam a unidade, adiam e renegam as mudanças reclamadas pelos trabalhadores e pelo povo.



Tancredo, com Brizola com Sarney, presidente do PDS: embaralhando as cartas

pressão para a negociação com o governo.

O esforço de negociação tende a colocar a figura de Figueiredo como árbitro, como condutor do processo de mudança do regime. E, como tal, sinal de continuidade na mudança, sua figura deve ser preservada do desgaste de seu governo, as críticas sendo dirigidas preferencialmente aos ministros da área econômica. A Figueiredo, as honras da condução do processo de liberalização do regime e o respeito que se deve à legalidade.

O esforço de negociação tende a colocar a figura de Figueiredo como árbitro, como condutor do processo de mudança do regime. E, como tal, sua figura deve ser preservada de todo o desgaste.

O caso do governador Gerson Camata, processado pela Lei de Segurança Nacional e acusado de ter caluniado Figueiredo, e depois chamado a retratação foi exemplar para os partidos políticos. As ameaças que se voltam contra Jair Menegheli, presidente do sindicato de São Bernardo, durante a última campanha salarial têm o mesmo sentido para os trabalhadores. A imprensa burguesa, mesmo a de cores democráticas como a *Folha de São Paulo*, qualificou de provocação as referências de Menegheli a Figueiredo.

Como pano de fundo deste processo de negociação política, vê-se um processo interessante de unificação sob a mesma entidade e diretoria das duas entidades patronais que representavam o setor financeiro à nível nacional. Na última eleição da Federação das Indústrias de São Paulo, a mais importante do país, ao contrário do pleito passado, houve apenas uma chapa, a de continuidade encabeçada por Luís Eulálio Vidigal e fortemente apoiada.

Interessante também o fato de Luís Eulálio Vidigal se candidatar a vice-presidência da Confederação Nacional da Indústria, com a qual a FIESP dis-

putava a hegemonia na representação empresarial.

A proposta de nacionalização dos bancos alçada provocativamente e depois retirada por um deputado do PDS teve o papel de unificar industriais e banqueiros na defesa do sistema financeiro enquanto o que antes prevalecia eram os atritos em torno às taxas de juros. No debate recente, os empresários desviaram o fogo de suas baterias para a política econômica do governo.

A unanimidade na contestação da política econômica do governo e o desgaste dos ministros da área cresce. A proposta de uma moratória multilateral negociada através da qual o país procurasse prolongar de comum acordo com seus credores o pagamento das dívidas, agora defendida com força pelo ex-ministro Roberto Campos, parece aumentar a sua atração. Se concretizada, ela abriria o campo para uma rediscussão mais profunda do modelo e da política econômica, da definição dos ganhos e perdas entre as várias frações da burguesia.

Como pano de fundo do processo de negociação política, observamos um interessante processo de unificação da burguesia em torno a suas entidades. E ela já procura estabelecer uma ponte com a negociação em torno a sucessão de Figueiredo.

Com a ampla movimentação promovida pelos empresários paulistas quando da visita de Aureliano a São Paulo começa a se estabelecer uma ponte entre a insatisfação diante da condução econômica e a negociação política em torno à sucessão. Os grandes nomes do empresariado nacional e multinacional, do setor financeiro e industrial, marcaram a sua presença na recepção ao vice-presidente.

Não se trata como dissemos de um processo de simples afirmação de iden-

tidade entre as diversas forças burguesas. Não é indiferente quem vai liderar o processo de mudança nem os termos exatos através dos quais ele vai se dar.

No caso dos partidos, isso é particularmente evidente. Para o governo, as eleições diretas significam previsivelmente uma derrota de longo alcance. Por isso, a ditadura vai procurar prolongar até o limite do possível mandato de uma candidatura eventualmente nascida do consenso, que tem o seu aval e adiar a realização das diretas.

É ilusório supor que o movimento sindical e o PT não sofram a pressão para se acomodar à negociação. Os acontecimentos recentes no PT e no movimento sindical não podem ser entendidos fora deste contexto.

Brizola que, de acordo com as pesquisas realizadas, goza de enorme força eleitoral, depende do fortalecimento de seu projeto partidário, um populismo disfarçado com tintas social-democratizantes. Por isso, é vital para ele atrair novas forças seja da esquerda do PMDB seja até mesmo do PT.

O PMDB patina ainda, sem conseguir coordenar seus passos entre o tom abertamente conciliador de Tancredo, a postura moderada na negociação de Montoro e o discurso oposicionista de sua enfreqüada ala mais combativa. O PTB acabou por se render à sedução de um acordo com o PDS definido desde já o seu tempo campo.

É ilusório supor que o movimento sindical e o PT não sofram a pressão para se acomodar à negociação. As posições direitistas que têm encontrado um certo campo para se desenvolver e ganhar certa ofensividade no partido não podem ser entendidas fora deste contexto. Têm natureza semelhante os problemas enfrentados pelo movimento sindical para realizar Conclat e que são enfocados nesta edição.

Pressão para isolar o movimento operário classista, independente. Isolar a sua manifestação política em um gueto. É este pressuposto básico de toda a política das forças burguesas no atual período.

Um pouco da nossa história, tão esquecida nos livros

As mulheres e o trabalho

Recortes do EM TEMPO desde o número zero, com tudo que já publicamos sobre o trabalho feminino. Neste momento em que a crise faz refobrar a superexploração sobre as mulheres, é hora de relembrar a greve da De Millus, os Congressos da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e de São Paulo, o congresso da Mulher Química e muito mais.

Um caderno dedicado a todas as mulheres que ousaram se transformar em notícia.

Em todas as sucursais do EM TEMPO Cr\$ 300,00

Pacto social

Sangue novo para a ditadura

Do ponto de vista econômico e social, o acordo prometeu muito e acabou revelando quase nada.

Quais as promessas originais? Consistiam em: revogar a lei de greve e o mecanismo de intervenções sindicais; suspender as horas-extras e passá-las para a negociação empresários-sindicatos; estabilidade relativa dos empregados, só demitíveis por justa causa ou comprovados motivos "econômicos e técnicos" que empurrassem as empresas e facções coletivos; dois meses de aviso prévio, redução da jornada de trabalho para 45 horas; salário-substituto.

Em primeiro lugar, é bom dizer que essa "permissão" para as demissões já é fartamente utilizada pelas empresas, com esses mesmos argumentos que o acordo previa. Em segundo lugar, o salário substituto constitui, já, um pré-julgado do Tribunal Superior do Trabalho. Quanto à redução da jornada de trabalho, uma vez conquistada pelos empresários a redução dos salários, ela não significaria senão uma adequação das empresas ao ritmo da sua produção e venda.

Bem, mas mesmo essas "conquistas" ficaram para depois (quando?). Na verdade, de imediato, o que se acabou assinando, foi o voto do PTB num decreto 2012 ligeiramente modificado (o 2024) que reduz a folha de salários das empresas e implica, para os trabalhadores, perdas semestrais cada vez maiores, aproximando-os de um teto próximo dos sete salários mínimos.

Da comédia ao drama

Agora as cenas de pantomina circense, com jantares e namoros, o acordo se inseriu, porém, num quadro de crise política e econômica que o supera de longe.

Esse quadro começou a se assemelhar a uma noite vampiresca sem os violinos do jantar Ivete-João da Granja do Torto. O próprio ministro Langoni resumiu a tragédia: "o processo de ajuste que estamos atravessando é socialmente perverso e tecnicamente ineficiente" Atenção, leitor, não é o Teotônio Vilela. É o Langoni mesmo.

As tintas negras usadas por esses pintores da tragédia preparam o clima para arrancar da "opinião pública" e, principalmente da classe operária, um "pacto para evitar o pior". Veja-se por exemplo a cascata de declarações de empresários e ministros:

O acordo PTB/PDS é mais que um artifício para fazer aprovar, com ligeiras modificações, o decreto 2012, arrochando ainda mais os salários. Ele indica claramente uma tentativa do governo no sentido de ampliar a sua base de manobra nos legislativos. Indica ainda que, munido de um rolo compressor no Parlamento, o regime não abre mão de manter a iniciativa no processo de auto-reforma e "embelezamento" da ditadura. O que não fica evidente, contudo, é se conseguirá unificar o núcleo dominante do poder, dividido entre várias propostas (da sucessão às medidas econômicas).



1. Simonsen, 22 5: não pagar a dívida seria desastroso, porque o país não teria como pagar importações essenciais, o que conduziria à recessão e ao fechamento político.

2. A. Ermirio de Moraes, 22 5: se não houver ajuda externa (EUA), o Brasil corre o "perigo" de virar uma nova Cuba; precisamos de uma saída política para a crise.

3. Relatório atribuído ao FMI e comentado pela Folha de S. Paulo em 25 5: a crise econômica teria colocado o Brasil no ritmo rápido para uma situação de ruptura política...

4. Don Wilson, presidente da Anderson Clayton, falando em nome de empresas multinacionais: estamos na expectativa de drásticas mudanças. Não ousando projeções, as empresas estarão praticamente paradas a partir de junho.

5. Simonsen, 30 5: os brasileiros devem aceitar a redução de seus salários como remédio amargo mas inevitável para a superação da atual crise.

A chantagem e o consenso

Ao lado disso, a grande imprensa divulga fartamente a catastrófica situação do Tesouro Nacional, das empresas estatais e de toda a economia brasileira, de modo a não deixar dúvidas. De outro lado, vazam informações sobre o novo e terrificante pacote econômico: cortar subsídios, diretos e indiretos (trigo, petróleo, crédito agrícola, etc) e gastos das estatais e do governo em geral, o que implicaria numa nova escalada inflacionária e, ao mesmo tempo, recessiva.

Depois que o ex-ministro Roberto Campos garantiu que "os banqueiros respiraram aliviados diante da proposta franca de uma moratória negociada", choveram declarações para fazer dessa proposta a grande unanimidade nacional. Uma "fonte da área econômica" soprou ao *Jornal da Tarde*, vespertino dos Mesquita, que o pacote exigido pelo FMI teria efeitos recessivos e danos sociais e, portanto, deveria ser negociado com vários segmentos sociais. O mesmo

jornal, através de "seu" analista econômico põe as cartas na mesa: "A solução só pode provir de uma grande barganha política e partir da qual a conta da crise pudesse ser repassada à Nação, mediante um amplo acordo social". Repassada à Nação... o trabalhador que lê pode concluir sem pestanejar: vai sobrar pra mim...

O pacto social cabloco

Mas, uma versão mais acabada do pacote-pacto que embrulharia a tal de "Nação" vem na voz insuspeita do presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, que em conferência promovida pela Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra, realizada em Campinas, expôs seus principais traços: reavaliação das funções econômicas do governo e reorganização do aparelho de estado; revisão do perfil industrial, reorientação dos investimentos; reforma tributária; redistribuição clara das esferas ocupadas pelo setor público e pelo setor privado; revisão dos mecanismos de indexação (INPC, UPC, ORTN, etc); unificação orçamentária. O mais importante, porém, é que para isso ele estima necessária a "integração de todos os segmentos sociais num esforço comum pela estabilidade econômica, justiça social e legitimidade política".

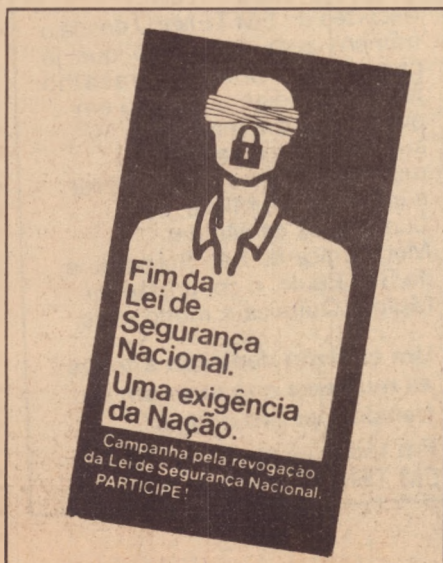
A "lógica" da unidade

O leitor que, depois disso tudo, passasse os olhos pelo editorial do *Voz da Unidade* n.º 154 (26 5), encontraria, surpreso (será?), a afirmativa de que, diante da ofensiva imperialista contra a indústria nacional e os monopólios estatais, impõem-se uma solução consensual, democrática e nacional: "o imperialismo prefere negociar com um governo fraco, sem bases sólidas de legitimidade". Por essa estranha lógica, um banqueiro faria empréstimos a um cliente sem fiadores...

A continuar nesse passo, restará pouco tempo para que o Pacto de la Moncloa, assinado pelos social-democratas e euro-comunistas frente ao franquismo, pareça uma heróica resistência. O rei Juan Carlos, se pensou no caso, deve ter dito a Brizola, Montoro e Tancredo: bem, aqui foi até mais barato, hein?

O preço dessa operação, evidentemente, é um chega-prá-lá na classe operária. Para isso, os dispositivos ditatoriais contra ela dirigidos podem ser "embelezados", mas não eliminados...

Solidariedade à esquerda ameaçada



No dia 24 de maio último foi liberado o último dos cinco militantes presos em Campina Grande, na Paraíba, quando pregavam cartazes e pichavam muros de colégios e residências em bairros centrais alusivos ao Partido Comunista do Brasil. Mas Manuel Donato de Almeida, José Ferreira Lopes, Luciano Romero Soares de Lima, Francisco Carlos Brasileiro e Maril de Castro foram incursos nos artigos 40 e 42 da Lei de Segurança Nacional. De acordo com a Polícia Federal, eles estão sendo processados "por atos atentatórios à segurança nacional".

Inicialmente mantidos incomunicáveis, os presos foram liberados após um amplo processo de mobilização. O Partido dos Trabalhadores através de seu diretório distribuiu nota oficial repudiando as prisões.

Convergência Socialista na mira

O *Jornal da Tarde*, de São Paulo, na sua edição do dia 31 de maio passado

publica os principais trechos de um relatório da Polícia Federal determinando um amplo processo de perseguições à Convergência Socialista. Uma operação de devassa seria desencadeada em todas as sedes mantidas pela Convergência Socialista e há a ameaça de enquadramento de pelo menos oito de suas principais lideranças.

As investigações sobre a Convergência teriam se desencadeado a partir de uma queixa prestada à polícia pelo reitor da Universidade Federal do Pará, Guilherme Magalhães Faria, que acusou um militante do movimento de "aliciar a sua filha no local de ensino para aderir à Convergência".

O inquérito acusa a Convergência de uma atuação intensa nos meios secundaristas, universitários e operários com pregação de mensagens de cunho "marxista-leninista-trotskyista, aproveitando o interesse sexual e até de drogas".

Leia **PERSPECTIVA INTERNACIONAL** N.º 5

● Ernest Mandel analisa a crise do sistema monetário internacional.

● Um dossiê sobre as políticas de austeridade da burguesia nos países imperialistas e as perspectivas dos trabalhadores: o movimento operário na Europa, nos EUA e no Canadá.

● A situação no Oriente Médio após a invasão israelense no Líbano e a retirada dos guerrilheiros palestinos.



Sandra Starling

Defender e desenvolver o projeto do PT

Sandra Starling, ex-candidata do PT ao governo de Minas e Angela Cardoso, presidente do Sindicato das Assistentes Sociais, foram eleitas na pré-convenção do PT-MG para compor a comissão eleitoral do partido.

Devido a pressões exercidas pela articulação em torno dos parlamentares Luis Dulci e João Batista dos Mares Guia, renunciaram à comissão. Logo em seguida, Sandra lançou sua própria articulação.

Aqui, suas opiniões.

Gostariamos de saber que relação existe entre a sua demissão e a da companheira Angela da Comissão Eleitoral criada pela última pré-convenção do partido e o lançamento agora dessa nova articulação eleitoral que você subscreve.

Sandra — Na verdade, o grande problema que ocorreu na pré-convenção dos dias 7 e 8 de maio, e eu diria, de responsabilidade da Comissão Executiva que encaminhou a proposta, foi o de ela não ter definido que papel teria a Comissão Eleitoral para a qual eu e a companheira Angela Barbosa, presidente do sindicato dos Assistentes Sociais, fomos indicadas. Mas baseadas no que tem sido o funcionamento do partido aqui nos últimos tempos, nós entendemos que o nosso papel na Comissão Eleitoral seria o de conduzir o processo eleitoral da forma eticamente compatível com o espírito do PT, no sentido de promover o mais amplo debate entre as diversas articulações existentes e também o de tornar o mais equânime possível o acesso de cada uma dessas articulações aos recursos materiais e ao contato com as bases do partido. Ocorre que, na primeira reunião realizada após a pré-convenção, eu e a companheira Angela encaminhamos uma proposta de funcionamento da Comissão Eleitoral na qual as decisões seriam tomadas por maioria. E propusessem que no caso de haver uma votação onde as articulações existentes propusessem em comum alguma questão que nós entendêssemos não ser a melhor forma de conduzir o processo, nós teríamos o direito de veto e responderíamos na próxima pré-convenção perante as bases do partido. Isto por entendermos que o partido é mais amplo do que as articulações existentes. Nessa primeira reunião, nossa proposta foi aceita por representantes das três articulações presentes, mas já na semana seguinte, em nova reunião convocada por uma dessas articulações, justamente a que leva o nome de "PT 83: Por um partido de massas democrático e transformador", questionou o papel da Comissão Eleitoral e o seu funcionamento encaminhando a proposta de que nela as decisões só poderiam ser tomadas por consenso político. Eu e Angela entendemos que isso emperraria o funcionamento da Comissão Eleitoral, além de não garantir aquilo que entendíamos ser o nosso papel: o de organizar o processo eleitoral. Tentamos manter a proposta anterior com a qual as demais articulações concordavam, mas foi criado um impasse, na medida em que nem votar se podia. Diante desse impasse, nós renunciávamos. A articulação responsável pela situação criada pediu um prazo de 48 horas para avaliar as consequências de nossa renúncia e do próprio impasse criado. Nós concordamos com isso na expectativa de que houvesse uma revisão por parte desse companheiros da proposta por eles encaminhada. Mas tal não ocorreu. A única alteração na sua posição foi a de aceitar que a Comissão Executiva Estadual pudesse votar os encaminhamentos eleitorais. Diante disso, nós

mantivemos a renúncia por entender que, na verdade, o papel da Comissão Eleitoral estava questionado, entregando para a Comissão Executiva a responsabilidade da tarefa. No dia seguinte lançamos então uma nova articulação por entendermos que nenhuma das outras articulações até então existentes tem uma proposta política que atenda aos problemas do Partido aqui em Minas Gerais. Essa proposta é assinada por nós e por outros dois companheiros: Eduardo Nascimento e Tales Machado Coelho.

— Desde o resultado das eleições fala-se muito da crise que o PT está vivendo na definição de seus rumos. Como você enxerga isso?

Sandra — Em primeiro lugar, eu acho extremamente saudável o que está ocorrendo no partido. Apesar deste momento em que vive o PT ser extremamente difícil, é, em contrapartida, extremamente rico. Em segundo lugar, eu acho que a conjuntura por que passamos se caracteriza por uma tendência à estabilidade burguesa, ou seja o regime se abre a participação política da oposição liberal e de correntes ou camadas por ela capitaneadas, ao preço do controle sobre a manifestação popular mais independente e ao preço da violência que se justificaria para reprimir estes movimentos. Tem como consequência lógica a canalização dos setores das camadas dominadas para uma solução negociada no plano institucional. Neste sentido, o PT enquanto partido independente no plano político e no plano ideológico se torna o inimigo principal para este tipo de projeto. Acho que a grande imprensa tem dois movimentos básicos com relação à esta afirmação: ora, nós somos o menor partido, insignificante, como foi a tônica imediatamente pós-eleitoral. No segundo momento, nos dá um tom como se nós fôssemos os condutores do quebra-quebra em São Paulo, tentando nos caracterizar como um partido sectário.

Com relação às correntes dentro do partido, eu vejo diversos equívocos nas caracterizações que são feitas. Em primeiro lugar, a contraposição de um partido de massas com um partido que organizasse ou tentasse elevar a consciência do trabalhador, politicamente formando-os para as lutas que terão de enfrentar, é equivocada. Eu vejo equívoco em que um partido de massa se forme por algumas pessoas formadas politicamente, suas condutoras, e à massa amorfa.

Por outro lado, o das correntes de esquerda, que querem construir um partido de quadros, sectário, eu penso, que a menos que a esquerda esteja ficando louca, ela deve procurar exatamente o oposto: aumentar o seu âmbito de influência, sobre um grupo cada vez maior de pessoas. O que a nossa articulação propõe, enquanto concepção para o partido, é aquela que propõe um partido de massas organizadas e conscientes, um partido político que se preocupe com a formação política de seus filiados, um partido em que haja a

democracia interna. Um partido que se insira profundamente nas lutas do povo, nos movimentos sociais de maneira que haja este aprendizado no interior do partido. Esta é a nossa proposta: um partido de massas, mas que mude qualitativamente a vida do trabalhador.

— Qual a perspectiva, qual o futuro que você vê para o partido?

Sandra — Eu estou apostando que nós vamos manter o partido, e um partido com estas características. Eu penso que a trajetória do partido até agora tem mostrado a sua capacidade de ir aperfeiçoando o nosso projeto, apesar de alguns momentos de aparente retrocesso. Somos radicalmente contrários a qualquer tipo de fusão que possa nos colocar a reboque de direções que não têm a perspectiva de criar um partido independente, autônomo, das classes trabalhadoras.

— Existe uma polêmica em torno da presença da esquerda organizada dentro das fileiras do PT. Como é que vocês se situa perante esta discussão?

Sandra — Em primeiro lugar, eu acho que nós devemos praticar a democracia que queremos para o país, começando de dentro de casa. Nós devemos aprender a conviver com diferentes concepções, com diferentes idéias no interior do PT. A segunda questão é que eu acho que esta polêmica não deriva exclusivamente de preconceitos de pessoas ou de concepções deliberadamente contrárias às existências dos grupos. Na minha opinião, alguns grupos de esquerda têm aberto espaço para este tipo de crítica em virtude da prática política que tem tido no interior do partido. No geral, todos os grupos têm contribuído muito pouco naquilo em que talvez eles pudessem ser os maiores contribuintes: na formulação política mais rica, que abarquem o concreto, o real da sociedade brasileira, em lugar de pregações ideológicas. Eu acho que por aí, os grupos de esquerda estão desafiados a produzirem claramente projetos políticos, e análises e avaliações da sociedade brasileira, de maneira que nós possamos encontrar os rumos corretos para lutar pela transformação socialista no Brasil.

— Quanto aos parlamentares, qual é o papel dos parlamentares e a relação destes com o partido?

Sandra — Eu acho que você formulou mal a questão. O fato de um companheiro nosso ter sido eleito, não faz com que ele seja um organismo a parte fora do partido. Ele permanece como militante, filiado, e por isso é que não há uma relação entre ele e o partido. Agora, apesar de ele continuar militante do partido, ele passa a ter em nome do partido um tipo de atuação. Eu acho que o parlamento hoje é uma arena política de suma importância, onde devemos estar presentes para travar e fazer repercutir algumas das mais importantes lutas dos trabalhadores brasileiros.

A relação que o parlamentar do PT deve ter com o partido é a de uma profunda integração entre aquilo que o partido reputa como importante e aquilo

que é encaminhado por ele da tribuna. A nossa proposta é de que tanto os parlamentares quanto seus assessores devem estar integrados em alguma instância do partido sejam às secretarias, sejam aos núcleos de base, para garantir essa integração.

Em relação à questão da escolha dos assessores que, pelo menos aqui em Minas foi extremamente polêmica, eu tenho a proposta de que o partido deve formular um plano de atuação parlamentar de curto prazo e o parlamentar eleito pode escolher sua assessoria sob critérios que se ajustem a esse plano de ação. As instâncias de deliberação de partido caberiam o veto caso esses critérios não sejam obedecidos. Mas sou radicalmente contra a que o partido defina quem são os assessores parlamentares porque é necessário saber conviver com o objetivo do partido e a subjetividade das pessoas que o compõem. É óbvio que se trabalha melhor com determinadas pessoas do que com outras.

— Em relação a como deve ser a relação do partido com governos de oposição já existem a grosso modo três opiniões. Uma que define apoio irrestrito e anseio de participação, outra que acha que deve tratar caso por caso e uma terceira que é a da oposição sistemática. Como você vê isso no caso de MG?

Sandra — Aqui até onde eu estou informada não existe essa posição extremada de apoio irrestrito. Mas existe a posição de que devemos em certos casos apoiar e até mesmo colaborar com o governo Tancredo Neves. Há também o outro extremo, de oposição sistemática. Eu pessoalmente acho, não pelo passado de Tancredo Neves mas pelo seu presente, que ele não pode nos levar senão a uma oposição sistemática a seu governo. Durante a campanha ele não apresentou nenhum projeto que fosse do interesse dos trabalhadores. Pelo contrário, privilegiou sempre os interesses das classes empresariais do campo e da cidade para definir seus projetos. Isso já ganha as praças públicas como no caso da mobilização dos professores onde se lia "40% não. Preferimos jato d'água". Eu acho que não cabe ao Partido dos Trabalhadores afirmar em nenhum momento, como já tendeu a acontecer algumas vezes, que o governo Tancredo Neves não tem recursos para atender os interesses da população. Em primeiro lugar, porque esses recursos têm aparecido na hora de pagar salários elevadíssimos aos secretários de Estado. Em segundo lugar, o Governo Tancredo Neves nunca demonstrou publicamente que tais recursos não existem. As contas do Estado de Minas Gerais continuam tão misteriosas quanto nos governos anteriores.

Além do mais, o PT tem um programa para contrapor ao governo Tancredo. Para essa posição ser correta ela deve vir acompanhada do seguinte princípio: o nosso interlocutor não é o Sr. Tancredo Neves mas as massas desse estado. Nesse sentido, o combate ao governo Tancredo Neves deve ser um combate da população e não apenas um combate do PT.

Jacó stalinista?

A ousadia dos liquidacionistas dentro das fileiras petistas

Alguns parlamentares do PT vão à imprensa burguesa e atacam agora a direção nacional do partido como totalitária e stalinista! É a ala direita dentro do espectro das posições petistas que parece preparar para já sua saída do partido. É hora de cerrar fileiras contra as posições anti-PT, liquidacionistas do projeto de independência política da classe trabalhadora.

Por Flávio Andrade

No último sábado, dia 28 de maio, O Estado de S. Paulo trouxe em sua edição, mais uma vez, nova matéria sobre o Partido dos Trabalhadores, jogando lenha na fogueira da crise do partido, mais propriamente de "sua falência", como vem sendo tratado o tema na grande imprensa burguesa.

Só que desta vez, a virulência das opiniões de certos parlamentares petistas contra o próprio partido, expressas na matéria, atingia níveis assustadores e inusitados, nada mais nada menos, dizia a matéria, "Jacó Stalin Bittar" era nova designação do Secretário Geral do PT, segundo alguns parlamentares petistas ouvidos por aquele jornal.

Tudo vinha a propósito da circular n.º 8/83 da Secretaria Geral do partido (ver ao lado). Como esta circular chegara à imprensa? Por que o Estadão, do alto de sua aristocracia, em geral tão depreciativa do Partido dos Trabalhadores, fora buscar num dos itens de uma trivial circular partidária assunto para tanto espaço? Eficiência do editor de política do jornal? Pouco provável...

Muito provavelmente, no rescaldo da campanha anti-PT que vem sendo movida principalmente em São Paulo desde o início de maio — quando setores da ala direita do PT viram derrotadas em plenária suas propostas de parlamentarização do partido — muito provavelmente, tratou-se agora de mais uma nova investida destes setores que, ostentatoriamente não têm vacilado em buscar apoio na imprensa burguesa para seus ataques ao partido, sobretudo à sua ala esquerda. Mas agora, o ataque destes parlamentares não era dirigido, como de costume, às "tendências radicais, à Libelu, à Convergência Socialista" etc. O ponto do ataque era a própria Secretaria Geral Nacional do partido, na figura de Jacó Bittar.

Os ataques da ala direita do partido agora estão dirigidos ao centro sindicalista e não mais aos "esquerdistas". Um sinal de que sua ofensiva toma novo patamar.

Era um claro sinal de que a ofensiva destes setores passara a um novo patamar. O item em questão da circular estabelecia que os pronunciamentos públicos feitos por dirigentes partidários e detentores de mandato eletivo, daqui para frente, deveriam ser decididos pelas respectivas direções em cada instância.

Esta preocupação da direção nascera a partir de vários fatos que vinham se acumulando: recentemente o líder da bancada federal, deputado Airton Soares (que outras vezes já prestara declarações no mínimo infelizes à grande imprensa) aprovou, junto com os demais partidos, medida na Câmara contra os interesses da luta do funcionalismo federal; no final do ano, Marcos Aurélio Ribeiro, líder da bancada estadual paulista, armou, também junto a outros partidos, esquema para aumento relativamente despropositado dos salários dos deputados; por...



época da revolta dos desempregados em São Paulo, em inícios de abril, a deputada federal Irma Passoni dera declarações à imprensa acusando "trotskistas, dentro do PT" de estarem por trás dos acontecimentos, insuflando a massa; e mais recentemente, Marcos Aurélio (novamente) junto com alguns deputados estaduais do PT saíram a público para denunciar a regulamentação das pré-convenções, estabelecida em plenárias do partido, como golpe contra a direção.

Os motivos portanto eram mais que suficientes para uma atitude da direção partidária. A indisciplina destes parlamentares, o espírito anti-PT de muitas de suas posições ou declarações, e sobretudo o serviço que vinham prestando à imprensa burguesa na sua campanha contra o partido, há muito já chocavam a ampla maioria da militância que, assustada com tamanha ousadia por parte da ala direita do partido, se perguntava porque a direção partidária não tomava nenhuma atitude mais firme.

Completamente injustificada e descabida portanto a caracterização de "stalinista", que os parlamentares ouvidos pelo Estadão tentaram atribuir à circular e ao dirigente da Secretaria Geral, Jacó Bittar. Num partido dos trabalhadores, não eleitoreiro nem parlamentarista, um partido de militância e de combate, a direção é eleita em congressos para dirigir efetivamente o partido, em todos os níveis. Os parlamentares, sindicalistas, dirigentes estudantis etc, todos os militantes somente colocam para fora do partido aquilo que esteja de acordo com a linha aprovada, o que cabe ser conferido e desdobrado por suas instâncias de direção. Dizer que isso é stalinismo é não apenas não entender nada da história do partido russo, é evidente má fé e atitude anti-PT. Dispensa, obviamente, maiores digressões.

É verdade que a decisão da direção

nacional expressa na circular pretende trazer para o partido, numa única e específica norma, uma pitada de centralismo democrático que pouco tem a ver com o caráter e o momento vivido hoje pelo PT. Em vários níveis, no movimento sindical para ficar apenas no exemplo mais flagrante, o partido é hoje, na verdade, cada um por si. Ou seja o PT está longe ainda de chegar à homogeneidade política e orgânica para comportar o centralismo democrático efetivo. Portanto se a motivação da direção nacional era correta (conter o caudal direitista anti-partido na imprensa burguesa) contudo, o remédio adotado não foi o mais feliz, além da linguagem bastante desastrada. Ao invés de atacar diretamente, com o endereço certo, a investida da ala direita do partido, a direção nacional, evitando mais uma vez a colocação política e clara, baixou uma norma defasada da situação real do PT a qual, por sua vez, deu mais lenha ainda ao fogo que queria abafar. A própria Secretaria Geral o reconhece parcialmente, e recua de sua posição anterior.

Se o PT não está amadurecido politicamente para um efetivo centralismo democrático, por outro lado é uma questão de sobrevivência o combate às posições anti-partido de sua ala direita.

refazendo a norma através da bem mais branda e diluída circular n.º 9 (ver também ao lado).

Branda porque, ao invés de proibir declarações anti-partido, simplesmente afirma que não acatará como o PT tais declarações, ao mesmo tempo em que apenas recomenda a via interna para estes debates.

Circular 8/83

A circular 8/83 tratava de vários assuntos: próxima reunião da Executiva Nacional, data das convenções etc, e no seu item 3 estabelecia:

"Do reconhecimento da existência da democracia interna e do foro interior, fica determinado que os membros dos organismos de direção partidária, no âmbito municipal, regional e nacional, assim como os detentores de mandatos eletivos, ficam impedidos de subscreverem em nome próprio documento de caráter político dirigido ao público externo sem o conhecimento e consentimento dos organismos a que pertençam. Esta medida visa manter o caudal do debate interno e favorecer a homogeneização das manifestações externas do partido".

Circular 9/83

A íntegra da Secretaria Geral que recoloca a questão tratada inicialmente na de n.º 8.

"Companheiros,

A Secretaria Geral do PT, vem à público, em decorrência do noticiário dos jornais envolvendo decisão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, de 29 de abril de 1983, para esclarecer os militantes do Partido e a opinião pública em geral que:

1. Durante as manifestações de desempregados ocorridas em São Paulo no mês de abril último, diversos documentos foram divulgados em nome do Partido dos Trabalhadores, veiculando opiniões políticas não defendidas pelo Partido;

2. Em função desse fato e da constatação da existência de inúmeros documentos políticos de militantes, estarem divulgando propostas e opiniões políticas próprias, como se fossem resoluções do Partido, a Comissão Executiva Nacional, decidiu:

a. Não acatar como do Partido, propostas políticas veiculadas por militantes, sem que as mesmas tenham sido submetidas à discussão e aprovação no conjunto do Partido;

b. Aconselhar aos companheiros que assim tem agido, que o façam internamente à estrutura partidária, para fortalecimento da democracia interna do Partido e para aprofundamento dos atuais rumos partidários.

3. O PT, dentre as inúmeras diferenças que o distingue dos demais partidos políticos existentes, se orgulha de manter e garantir o amplo debate interno, respeitando a opinião política do último de seus militantes, não se justificando pois que as discussões se façam paralelamente a fora da estrutura partidária.

4. Essas decisões, por fim, foram equivocadamente redigidas na Circular 08/83, de tal forma que não espelharam o conteúdo de discussão da Comissão Executiva Nacional sobre esse assunto, o que agora se faz através da presente circular".

E diluída porque, num claro recuo diversionista, começa agora fazendo referência ainda que implícita, a documentos que a Convergência Socialista soltara nos acontecimentos de início de abril em São Paulo — inteiramente secundários e despercebidos do conjunto da militância e da opinião pública da grande imprensa.

Mas, de qualquer forma, e é isso que interessa, o recado ficou dado: a ala

Há indícios seguros de que está chegando ao fim a composição de centro-direita que desde o início tomou conta da direção estadual do PT paulista.

direita do partido que se retraía, pois se a direção nacional recentemente deixara de tomar as suas dores e passara a uma postura de ligeiro deslocamento, daqui pra frente pode ser que em novos episódios, a postura passará ao contra-ataque ofensivo sobre as posições anti-partido. Foi sentindo este recado que o Diretório Regional paulista, há muito sem quórum, em sua última reunião neste fim de semana, agora alcançando

presença para deliberar acabou debatendo o tema e votando um recurso à direção nacional pedindo que, mesmo a circular nº 9, seja cancelada.

O fundo do problema remete na verdade ao processo de renovação das direções partidárias que se aproxima em São Paulo e outros estados e que já teve seu desfecho no Rio (onde a ala direita do partido viu derrotadas flagrantemente todas as suas propostas). Como já dissemos, este processo vem abrindo espaço para uma explicitação e questionamento mais de fundo das várias propostas partidárias. E o fato é que em São Paulo principalmente, a ousadia das propostas da ala direita do partido alcançou um nível inusitado: esta ala efetivamente vem dando mostras de não mais apostar (se é que alguma vez apostou) na proposta do PT, tudo fazendo para miná-la com vistas a uma incorporação no interior do PDI ou PMDB.

É voz corrente hoje que um grupo de parlamentares, a nível federal, já estuda meticulosamente os passos dentro da legislação partidária que possibilitariam, em caso de saída isolada, a mudança de partido sem perda do mandato — o que atualmente é expressamente proibido em lei. Percebendo inclusive esta possibilidade atrativa para sua legenda, alguns dirigentes partidários do PMDB já

sondaram a direção nacional do PT sobre alguma ação conjunta a nível de abrandamento da Lei da Fidelidade Partidária.

É ainda dentro deste clima, que vem se desenvolvendo a vida interna partidária em São Paulo, sobretudo nos últimos tempos. As articulações para a renovação

A politização do PT deve entrar na ordem do dia. Só assim é que as posições anti-partido se revelarão em todo seu alcance e significado.

dos diretórios já claramente demarcam o campo do centro sindicalista do campo dos setores mais à direita dentro do espectro de posições no partido. Reuniões e mais reuniões já se fazem de lado a lado, com esboços de chapas e delegados à pré-convenção sendo chamados a se definir frente a esta polarização.

A partir destes fatos já se aposta hoje na inevitabilidade de lançamento de pelo menos estas duas chapas, dado o grau de atrito, desgaste e divergência acumulado durante mais de três anos de convivência no interior de uma direção estadual de composição centro-direita. Ao que tudo indica, portanto, o descolamento do centro em relação à direita vem se desen-

volvendo rapidamente, ameaçando mesmo chegar à ruptura de fato.

Se isto é positivo pelo lado da marginalização e isolamento das posições anti-PT no interior do partido, no entanto este processo vem sendo conduzido pelo centro sindicalista numa medida e método bastante despolitizados, e em muitos aspectos ancorados no regimento interno da pré-convenção estadual a se realizar: um regimento que, ao impor a obrigatoriedade de chapa completa e intocável um mês antes do encontro, dá ao centro sindicalista uma supremacia na capacidade de articulação que pouco tem a ver com sua desenvoltura e justiça de formulações políticas explicitadas já para a militância.

A entrevista de Lula nesta edição e os posicionamentos mais recentes da direção nacional, ou de seu centro sindicalista são, de qualquer forma, anunciadores de novos e bons ventos para o partido. No entanto, é necessário ver que não é o bastante. A politização do PT deve entrar na ordem do dia de maneira clara e sem manobras ou subterfúgios. Só assim é que as posições anti-partido se desnudarão em todo o seu alcance e significado, e somente assim é que será possível revigorar-se de maneira concreta e promissora a hegemonia que em outros períodos deu grande fôlego ao PT.

USP

I Encontro dos Estudantes Petistas

No dia 11 de junho será realizado o I Encontro dos Estudantes Petistas da USP. Com uma pauta versando sobre temas como situação nacional, universidade, movimento estudantil e organização do PT nas escolas, o Encontro se realiza com duas grandes preocupações: como retirar o movimento estudantil da atual crise e como organizar o partido entre os estudantes.

Situação Nacional

Desde 1980, após a greve dos metalúrgicos do ABC, nem a ditadura reúne forças suficientes para dominar o cenário político nem a classe operária atingiu um nível de organização política e sindical o suficiente para ganhar a hegemonia sobre todos os oprimidos, dirigindo suas lutas contra a ditadura e no rumo do socialismo. Essa contradição tem se agudizado, criando-se um impasse, o que reforça ainda mais a necessidade do PT organizar em seus núcleos os petistas que atuam nos diversos movimentos sociais, elaborando democraticamente suas propostas, e as encaminhando unitariamente, respeitando a autonomia das entidades de massa mas se propondo a ser sua direção.

A Universidade

A USP é uma universidade vinculada a um governo da oposição burguesa. Apesar disso descartar a possibilidade imediata da implantação do ensino pago, a crise econômica, o fato de nada ter mudado na burocracia universitária e o fato de Montoro conciliar cada vez mais com a ditadura apontam no sentido de que os problemas de verbas, baixo nível de ensino e falta de democracia irão continuar. Daí a necessidade da comunidade universitária se organizar para lutar por mais verbas, pelo controle dessas verbas e por eleições livres e diretas para reitor e demais cargos de direção, reivindicando essas que se desdobram em inúmeras outras, realizando um Congresso de Estudantes, Professores e Funcio-

nários da USP no 2º semestre e exigindo que o governo Montoro acate suas declarações.

O movimento Estudantil

Os estudantes lutam. Mas como não tem peso no processo de produção, muitas de suas reivindicações só são conquistáveis numa situação de ascenso do movimento operário e popular. Além disso, o desemprego faz com que a universidade perca sua função como promotora da ascensão social, o que faz muitos a abandonarem sem lutar. Essas dificuldades poderiam ser superadas por uma política de centralização e generalização das lutas, mas, tanto pela desarticulação dos setores classistas como pela política de alianças com reitorias e donos de escolas "progressistas" para "isolar" o MEC que as correntes reformistas implementam, o que ocorre é o contrário, é a imposição de forma antidemocrática de palavras de ordem e formas de lutas que sirvam para essas alianças prosperarem e não para organizar e mobilizar os estudantes. Daí as derrotas, a perda de confiança nas próprias forças e a crise do movimento estudantil.

A Corrente Estudantil do PT

Nessa situação, é necessário o PT se organizar nacionalmente no movimento estudantil com núcleos nas escolas, com uma estrutura partidária que permita a discussão democrática na base e a ação unitária, com um programa e proposta de ação para a universidade coerentes com o programa e plano de ação do partido para a sociedade. Se organizar para fazer trabalho cotidiano nas entidades, impulsionando e dirigindo as lutas, participando dos eventos nacionais, forjando uma unidade e uma estruturação partidária que permita, junto com outros grupos e estudantes não petistas, a construção de uma direção que seja capaz de criar as bases para o movimento sair da crise (Álvaro Frota).

Golpe na UEE mineira

Aproveitando-se de uma maioria eventual em um congresso esvaziado, a diretoria da UNE fez aprovar uma diretoria definitiva para a entidade de Minas.

Por BH, Eugênia, Geraldo e Marcos

No movimento estudantil há exemplos fartos de oportunismo burocrático. O golpe que a diretoria da UNE, conhecida como Reforma, aplicou aos estudantes mineiros excede, no entanto, os limites da ética política, do mínimo respeito à democracia do movimento. A repercussão do golpe foi tão profunda que uniu contra a diretoria da UNE as tendências Caminhando, Centelha, Liberdade e Luta, apoiadores do jornal **Tribuna da Luta Operária** e mais os estudantes independentes.

Pela fragilidade da situação da UEE mineira, houve um consenso entre as tendências do movimento acerca da necessidade da convocação de um congresso extraordinário para eleger uma diretoria provisória para a entidade, com mandato até setembro quando um congresso mais representativo e mais preparado seria realizado.

Refletindo a fragilidade da atual diretoria do UEE, o Congresso que se assentou tinha uma representatividade marcadamente duvidosa: presentes, apenas 165 delegados representando não mais que 20% dos estudantes do estado; das 180 escolas filiadas, apenas 40 compareceram; de 35 cidades universitárias mineiras, apenas 10 se fizeram representar; a participação das escolas mais importantes como a Universidade Federal de Minas, e a Universidade Católica foi extremamente reduzida.

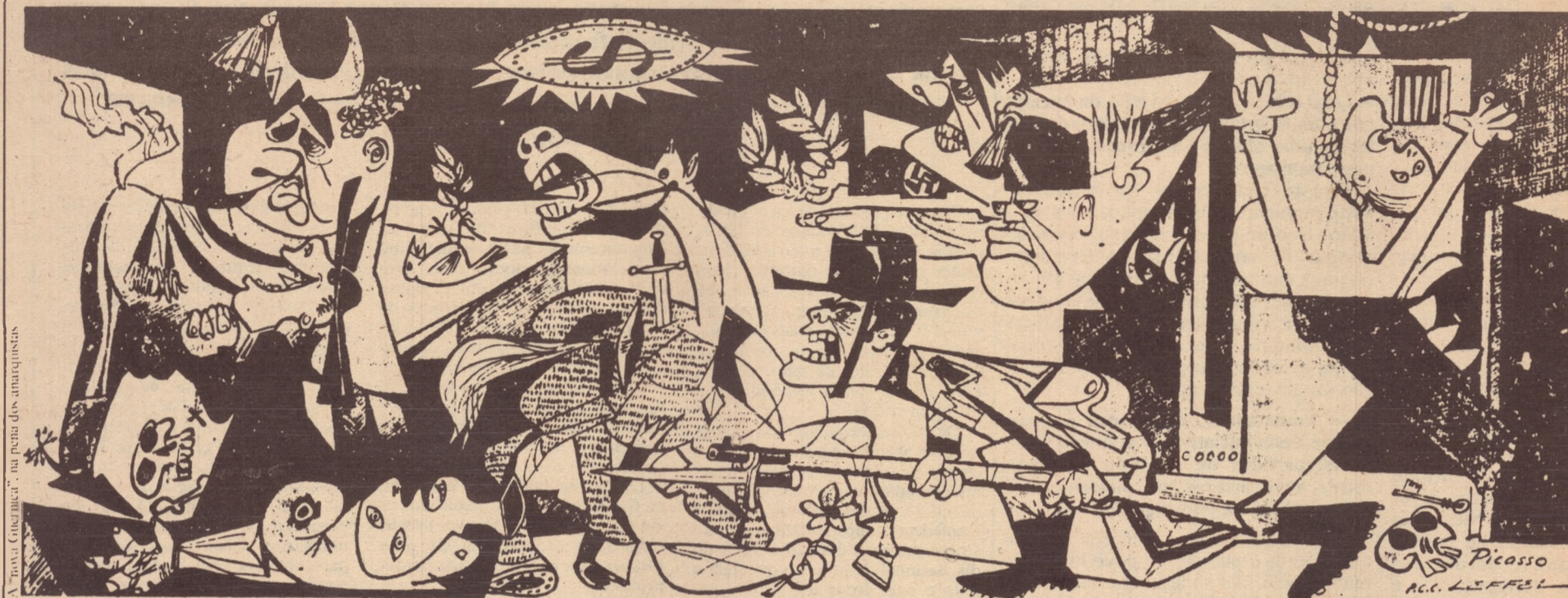
Confirmando todas as expectativas, o

congresso tinha, por sua representatividade limitada, que votar, eleger uma diretoria com mandato provisório. A proposta antes consensual era de que ela fosse composta como uma coordenação de DCEs. No momento do Congresso, notando que o número de delegados presentes lhe favorecia uma maioria eventual, a diretoria da UNE encaminhou e fez aprovar a eleição de uma diretoria com mandato definitivo.

Uma nota de protesto foi lida durante o Congresso por representantes da Liberdade e Luta que propuseram a imediata saída dos outros delegados de congresso. Não foram seguidos por ninguém. O que se protestava era contra a ilegitimidade da diretoria eleita naquele congresso; por outro lado, se este podia, tinha mandato para votar uma diretoria provisória, tinha também para eleger uma diretoria definitiva. O que questionava era exatamente a correção política desta posição.

O bloco de oposição ao golpe da diretoria da UNE voltou a se unificar, no entanto, após o congresso. Um manifesto conjunto foi assinado e um abaixo-assinado está sendo passado por todo o estado reivindicando a convocação de um conselho de entidades de base para o dia 11 de junho. Propõe-se que este conselho convoque um novo congresso da UEE-MG para setembro quando seria eleita uma diretoria definitiva e legítima para a entidade dos estudantes mineiros.

O livro "A redemocratização espanhola" de Reginaldo Moraes, recém editado pela Brasiliense, é um resumo denso e arguto da trajetória das classes, partidos e instituições de Espanha franquista a Felipe Gonzales. Com o desenvolvimento capitalista no pós-guerra, as classes sociais na Espanha sofrem transformações profundas. Estas transformações geram novas realidades na luta de classes que entram em choque com as instituições monolíticas e corporativas do regime franquista. A partir daí, desencadeiam-se uma cadeia de eventos e pressões sobre o bloco governante, suas instituições (a Igreja e o Exército), os partidos no sentido de criar os canais da transição. Na Espanha, o movimento operário, sob a direção do Partido Comunista (euro-comunista) e do Partido Socialista (social-democrata), é tragado pela dinâmica da conciliação de classes. Menos do que incentivar uma analogia estreita com a situação brasileira, o livro oferece material para uma reflexão importante sobre os caminhos tortuosos pelos quais a burguesia reconstrói os seus mecanismos de dominação.



A Espanha surgida da guerra civil na qual o fascismo esmagou os comunistas, socialistas, anarquistas e liberal-republicanos, era um país arrasado: 183 cidades devastadas, cerca de 800 mil mortos e uma produção agrícola-industrial em pedaços. Nos anos seguintes o governo de Franco fez 500 mil exilados e dois milhões de prisioneiros. Executou um número próximo de cem mil pessoas.

Assim purificada a Espanha, Franco pretendeu moldá-la à imagem e semelhança de sua ideologia. Apenas um partido, a Falange que chega aos 900 mil filiados em 1940; grande poder ao clero; isolamento cultural (apenas em 1959 serão liberadas notícias do estrangeiro e só em 1961 se liberam as informações sobre as atrocidades nazistas!). O Estado dirige a produção: em 1941 é fundada o Instituto Nacional da Indústria que emprega cerca de 5% da população economicamente ativa.

A pulsão do capitalismo em reconstrução na Europa após a Segunda Guerra acaba, no entanto, por imprimir ao país um rumo diferente. Em 1950, já no clima da guerra fria, o ONU recua nas sanções diplomáticas ao regime fascista de Franco; em 1951, os dólares começam a chegar. Em 1958/59, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico estabelecem um plano de estabilização aplicável à Espanha. Em troca da liberação de créditos, bombardeiam-se os diques de intervenção do Estado na economia.

Já em 1965, o capital americano representa 48% da indústria espanhola. O crescimento econômico é espantoso: entre 1963 e 1973, o Produto Interno Bruto triplicará. Altera-se com isso, a estrutura da produção e das classes sociais: agricultura que em 1950 representava 30% do PIB, chegará aos 9% em 1975; a população economicamente ativa no campo passará dos 40% (1959) aos 21% (1975). Crescem os trabalhadores em serviço se a classe operária em torno às indústrias modernas: 0,2% das empresas empregam 23% da força de trabalho.

Instabilidade

A contradição entre um capitalismo dependente porém moderno e um Estado dotado de instituições incapazes de regular e controlar os conflitos está formada. E é sob o impulso desta contradição que a realidade política da Espanha do final da década de 60 e na década seguinte iria se mover.

Em primeiro lugar, as transformações nas classes dominantes produzem cisões no bloco governante do franquismo. Ministros que se demitem, empresários que criticam o ministério, articulações de monarquistas, democrata-cristãos que se movem frente às perspectivas de sucessão de Franco.

O movimento operário, crescendo por dentro e por fora das instituições sindicais oficiais defasadas, começa já a dar mostras de força desde 1962 quando 60 mil mineiros asturianos e 40 mil metalúrgicos bascos acendem o estopim de uma onda grevista que se estenderá à Catalunha, Valência e Andaluzia. A agitação social se funde com a guerrilha urbana do separatismo basco. As prisões ficam repletas mas não conseguem trazer a estabilidade.

Franco dá o primeiro passo na auto-reforma, tímida ainda: designa em 1969 a Juan Carlos de Bourbon como seu sucessor, antecipando a forma da futura Espanha. Mas o movimento operário continua a crescer: de 1969 a 1974, a média anual de grevistas é de 450 mil.

Franco morre a 20 de novembro de 1975. No dia 5 do mês seguinte, Arias Navarro constitui o primeiro governo da monarquia, com um programa de reformas conservadoras, lentas, graduais e seguras. O plano de Arias se revelou, no entanto, tímido também para obter uma transição sem rupturas: no ano seguinte são 3,6 milhões o número de grevistas.

A "operação centro"

A luta de classes continuava a cobrar das classes dominantes espanholas vãos mais altos para "pacificar" o país. Novos partidos, novos sindicatos, novas regras de exercício do poder.

Em julho de 1976, o rei Juan Carlos alça

ao poder Adolfo Suarez, um ambicioso advogado de 44 anos, moderno falangista e ex-ministro do governo Arias Navarro.

O projeto aberturista de Suarez prevê a anistia, o reconhecimento dos partidos, o fim dos tribunais de exceção, o reconhecimento verbal das nacionalidades, o abrandamento da censura à imprensa. Mas exige, em contra-partida, a unidade do Estado e um pacto social de "sacrifícios compartilhados".

O Exército e a Igreja, dois pilares do poder franquista, sofrem a corrosão dos novos tempos. As Forças Armadas se dividem: em 1975, constitui-se a União dos Militares Democratas, reunindo perto de 1.500 oficiais; o processo de "redemocratização" vai consumindo, aos poucos, dezenas de oficiais "linha dura". A Igreja conhece fenômeno semelhante: a maioria da hierarquia, fechando-se numa postura de centro-esquerda, apóia a transição; a posição tradicionalista mais dura aparece em grupos terroristas como os "Guerrilheiros do Cristo-Rei".

O governo pressiona e manobra para isolar as forças hostis ao seu projeto: a direita golpista e o movimento operário independente, a esquerda revolucionária. Usa a pressão da direita para chantagear os partidos da oposição e o movimento operário. Usa a pressão da redemocratização para isolar os militares golpistas. Ao mesmo tempo, abre o espaço para o crescimento do Partido Socialista Operário Espanhol, Social-democrata, e joga com a divisão sindical.

A União Geral dos Trabalhadores, central sindical social-democrata de frágil penetração, é permitido receber dos bancos sindicais alemães um crédito de 340 milhões de pesetas, em uma operação avalizada pelo Banco Exterior da Espanha. A injeção permitirá à frágil corrente sindical socialista saltar dos 50 mil (1976) aos dois milhões de filiados (1978), instalando 1200 sedes em todo o país.

A 15 de junho de 1977 se realizam as primeiras eleições gerais. A União do Centro-Democrático, o partido de Sua-

rez, resultado da fusão de quinze organizações políticas, recebe 34% dos votos; o PSOE fica em segundo com 29% e o Partido Comunista Espanhol obtém 9%.

Abre-se um período constituinte, sob a estratégia do consenso, uma combinação de um plano de saneamento econômico e um pacto político do "mal menor". O resultado é o Pacto de Moncloa, assinado por partidos da direita à esquerda, que prevê austeridade e estagnação dos salários em troca da regulamentação das liberdades políticas e sindicais.

O PSOE no governo

A UCD, partido da transição, não resiste a ela. Em janeiro de 1981, Suarez se demite. A 23 de fevereiro, Tejero Molina, comandante da Guarda Civil, ocupa o senado. O golpe é frustrado e caem em desgraça os expoentes dos militares da direita. Desde 1981, os conservadores procuram formar uma "grande direita", pondo fim ao período constituinte.

Nas eleições de 29 de outubro de 1982, o PSOE de Felipe Gonzales obtém 46% dos votos e a maioria absoluta no senado. O voto distrital implantado favorece as grandes formações e superestima o peso das regiões menos habitadas. A UCD quase desaparece (7,2%) e o PCE é torpedeado (3,8%). O voto útil concentrara-se no PCE. Mas a direita também votará útil, canalizando 25% dos votos para a Aliança Popular.

A Espanha se debate em meio a uma forte crise econômica. O desemprego avança para mais de 12%. A curvatura da crise havia chegado a um ponto em que exigia a rendição do movimento sindical. O Partido Socialista no governo, com a tarefa programática de esquecer "a psicose das duas Espanhas", e gerar uma "nova esperança coletiva", sobe ao governo com a tarefa de administrar a crise capitalista.

Mas enterrar o passado, mais que "anistiar" o franquismo, significava para as oposições abrir mão das esperanças. Os partidos se "estatizam" organicamente, envereda pela "profissionalização" da política e pela desmobilização popular, dissociando crescentemente a luta política e a dinâmica social.

CONCLAT 83

Em compasso de espera



No dia 15 de junho será realizada uma reunião da Comissão Nacional pró-CUT decisiva para os rumos do Conclat.

Quatro hipóteses serão avaliadas: a realização do Congresso no Rio, com o apoio do governo Brizola, em S. Paulo, com ou sem apoio do governo Montoro, e ainda uma quarta alternativa que é a não realização do Conclat.

Há menos de três meses para a realização do Conclat, ainda não está garantida sua realização dado o baixo nível de mobilização do movimento sindical e o aprofundamento de suas divisões.

Gilmar dos Santos, diretor do sindicato dos bancários de S. Paulo e membro da executiva nacional da pró-CUT, encarregada de garantir as condições de infra-estrutura para a realização do Conclat, fala a EM TEMPO do andamento dos trabalhos para organização do CONCLAT.

— Como você avalia as condições para a realização do Conclat na data prevista?

Gilmar — Existe um anseio e uma expectativa no movimento sindical para a realização do Conclat e a necessidade de sua realização é mais do que imediata. Nesse período, vivemos os momentos mais difíceis e definidores quanto a sua realização ou não. Nesse quadro, um dado alentador é o sinal verde dado pelo PMDB e pelo governo Montoro favoráveis à realização do Congresso.

Com o governo não criando obstáculos e até favorecendo o Congresso, mais o apoio da Igreja, da ABI, OAB e demais setores democráticos, cria-se um clima político mais favorável a realização do Congresso.

— Mas em 81 o Conclat foi realizado não só contra a vontade do governo federal, mas também contra o governo estadual. Foi o próprio movimento sindical que garantiu a realização do Congresso. Hoje, quem dá garantias ao Congresso é o governo Montoro... Como chegou-se a esta situação?

Gilmar — Chegou-se a esta situação porque de 81 a 83 muita coisa mudou na sociedade brasileira, coisas determinantes como o pluripartidarismo, os governos de oposição. O próprio movimento sindical sofreu estes reflexos e se partidariou. Nesse sentido qualquer negociação a nível do sindicalismo hoje é, necessariamente, uma negociação entre as forças políticas que atuam na sociedade em geral.

— Você quer dizer que o apoio do PMDB é decisivo para que setores do movimento sindical assumam a realização do Conclat?

Gilmar — Do ponto de vista dos setores mais conservadores do movimento sindical o apoio do PMDB é um estímulo à sua participação. Isso ocorre também com o sindicalismo rural, onde o movimento sindical atua de forma muito combinada com o parlamento.

Isso não significa que não podemos fazer o Conclat sem o apoio do governo Montoro. O movimento sindical inclusive já reservou o ginásio do Ibirapuera, para alugá-lo, caso o governo não assuma a infra-estrutura do Congresso, mas isso teria consequências para o próprio Congresso em sua representatividade.

— Mas o governo Montoro, assim como o governo federal, não reconhece a pró-CUT. Como fica esta relação?

Gilmar — Ele reconhece politicamente mas não reconhece juridicamente.

— Mas o que significa isso?

Gilmar — Não reconhece a pró-CUT mas reconhece os sindicalistas que a compõe. Não reconhecer a pró-CUT Na-

cional é uma falha política desse governo, mas na medida em que ele estabelece negociações com os sindicalistas que a compõe para a realização do Conclat, reconhece a pró-CUT de fato.

— Mas a pró-CUT não é apenas uma sigla, um nome, mas é uma conquista da classe trabalhadora. Você não acha que abrir mão de falar em nome da pró-CUT para obter apoio do governo é uma forma de trair uma conquista dos trabalhadores pela sua descaracterização?

Gilmar — De jeito nenhum. Atuamos cotidianamente como pró-CUT. Apenas nossos documentos formais ao governo não têm o timbre da pró-CUT. Mas isso não diminui o seu conteúdo.

— Se o movimento sindical aceita negociar a pró-CUT pelo apoio do governo para a realização do Conclat, isso em si já é um atestado da precariedade do movimento sindical para garantir a realização do Conclat...

Gilmar — Na verdade ainda não temos nenhuma garantia de que poderemos realizar o Conclat. Não só o movimento sindical mas o conjunto da sociedade brasileira está acéfala, somos um país desacreditado em todos os níveis e as atuais direções do movimento estão sobrevivendo por inércia.

O movimento sindical não tem conseguido conter os avanços do governo e se continuar na mesma prática não vai conseguir avançar mesma.

— Mas qual será o eixo político para o Conclat?

Gilmar — Sem dúvida que o eixo é dado pela organização da luta contra o desemprego e o arrocho salarial. Mas não podemos nos restringir a isso. O movimento sindical só poderá dar respostas aos problemas vividos pelos trabalhadores quando unir-se aos demais setores sociais para exigir transformações políticas no país. A preparação da greve geral passa por isso. Se pensarmos na greve geral só por lutas econômicas ela não sai.

Devemos discutir com os trabalhadores a necessidade da greve geral para exigirmos a luta por eleições diretas, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a liberdade para todos os partidos políticos e contra todas as formas de cerceamento da expressão política. A greve geral deve exigir um ministério que represente os anseios populares e que os militares voltem, de fato aos quartéis, e não que seu regime se institucionalize através de reformas. É por aí que devemos fazer o eixo político da preparação do Conclat.



A luta dos funcionários públicos federais

Enfrentando-se diretamente com o governo federal, com o boicote do Congresso Nacional — inclusive do PT — e sem contar com o apoio de sua própria associação de classe, prossegue e amplia-se a greve do funcionalismo público federal.

Os servidores públicos federais em São Paulo estão em greve desde o dia 18 de maio, agora acompanhados pelos servidores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal, que aderiram ao movimento nos dias 31 de maio e 2 de junho. O movimento tende a ampliar-se nessa primeira semana de junho em mais cinco estados da federação, onde estão programadas assembleias para encaminhar as paralisações.

O movimento é coordenado nacio-

nalmente pela Comissão Nacional de Mobilização e apresenta as reivindicações definidas no I Encontro Nacional de Servidores Públicos Federais, realizado em março, em Brasília, com a participação de 80 entidades do funcionalismo de 14 estados do país.

O Encontro definiu as reivindicações da categoria, um calendário de lutas e a Comissão Nacional para coordenar o movimento. A rejeição do decreto-lei 1984/82, que estabelece o aumento parcelado de 40% em janeiro e 30% em junho foi a primeira luta definida nacionalmente pelos servidores, que exigem 70% de aumento a partir de maio (sobre os salários reajustados de janeiro), 13º salário, reajuste semestral e direito à sindicalização.

No calendário de lutas que precedeu a deflagração da greve foi realizada uma caravana à Brasília no dia da leitura do decreto lei no Congresso e o Dia Nacional de Protesto, dia 13 maio, com a realização de assembleias em vários estados da federação, paralizações em João Pessoa e Santa Catarina e a deflagração da greve por tempo indeterminado em S. Paulo.

A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil — CSPB — permanece distante do movimento e suas únicas manifestações são no sentido de desautorizar a Comissão Nacional e a própria greve dos servidores. Isso apesar de ter participado (como observadora) do Encontro Nacional de março e dos reiterados apelos da Comissão Nacional para

que a CSPB integre-se ao movimento.

O governo federal se mantém firme em sua posição de não negociar com o funcionalismo e nisso foi secundado pelo "democrático" Congresso eleito em 15 de novembro, onde os partidos, inclusive o PT, fizeram um acordo para não comparecerem ao plenário no dia 2 de junho, dia da votação do decreto-lei, fazendo-o passar por decurso de prazo. A participação do PT neste acordo foi firmada por Airton Soares, como líder da bancada, em uma atitude que vai contra os princípios básicos do partido.

Com isso, encerra-se a fase parlamentar da luta dos servidores que contam apenas com a sua própria força para a conquista de suas reivindicações.

(Lucy Ayala)

Lutar por um Conclat independente

A três meses da data da realização do II Conclat, são preocupantes os indícios que cercam a sua preparação. Em entrevista concedida a este jornal, Gilmar dos Santos, diretor do sindicato dos bancários de São Paulo ex-membro da executiva nacional da pró-CUT, órgão encarregado de garantir as condições de infra-estrutura do Conclat, informa que a realização do congresso ainda é incerta. Por outro lado, fala de uma negociação que estaria sendo realizada com o governo do estado de São Paulo que influiria na própria natureza do Conclat.

A não realização do Conclat teria efeitos danosos para o movimento sindical, para a classe trabalhadora. O adiamento do Conclat ano passado demonstrou ser profundamente nocivo: abriu o flanco para novas medidas de arrocho; fortaleceu as tendências de impasse e divisão nas inter-sindicais estaduais que ficaram sem a regência de uma instância unitária; colocou entraves a unificação nacional das lutas e até abriu espaço para que grassasse a proposta, capitaneada por Joazeiro, de oxigenar a CNTI. Adiá-lo agora seria quase como um reconhecimento da incapacidade do movimento sindical, uma rendição ante os ataques patronais em curso.

A hipótese de subordinar a sua realização a acordos com governos de estados é igualmente nefasta. Em 1981, o movimento sindical recebia sinal vermelho do ministério do Trabalho para evitar a realização do I Conclat. Ao mesmo tempo, o estado de São Paulo era governado pelo famigerado Paulo Maluf. Nesse ano ainda, sem greve no ABC e sem grandes lutas, falava-se em refluxo. Mesmo assim, o movimento sindical bancou a realização do I Conclat por seus próprios meios, arrastando inclusive muitos sindicatos e federações que vacilaram. >

Em novembro de 1982, dizem, foi a "hora da virada". O que virou? O PDS perdeu em quase todos os governos estaduais de peso econômico. O PMDB coloca como condição para apoiar a realização do congresso em São Paulo que os contactos com o governo de estado não sejam feitos em nome da pró-CUT, pois esta entidade não se encaixa na legalidade existente.

Se se aceitam compromissos como este, abrem-se as portas para acordos futuros que podem levar o movimento sindical a ser um simples apêndice das oposições burguesas. Os trabalhadores não podem reconhecer como seus os limites das posições políticas dos partidos burgueses da oposição, principalmente quando o que está em jogo é o reconhecimento da legalidade da ditadura, frontalmente contrária aos interesses dos trabalhadores. Aliás, uma das principais bandeiras do II Conclat, é a separação da estrutura sindical oficial que asfixia a luta dos trabalhadores.

Sinais do avanço

Por Paulo Cezar da Rosa

Vinte sindicatos, 133 mil metalúrgicos: os acordos salariais deste ano foram menores que o esperado. Mesmo assim, obtidos num processo de mobilizações e reestruturação do movimento sindical no estado, deixou para a categoria um sentimento de vitória frente à intransigência patronal, apontando para sinais de avanço rumo à greve contra o arrocho e o desemprego.

Acordos salariais dos metalúrgicos gaúchos este ano foram menores que o esperado. Mesmo assim, o sentimento geral da categoria é de vitória frente à intransigência patronal e aponta para a greve geral contra o arrocho e o desemprego.

Os patrões, desde o início das discussões de dissídio este ano unificaram sua posição. Propunham 0% de produtividade para todas as faixas salariais, corte das antecipações trimestrais, corte do quinquênio e nenhum aumento do piso salarial. Em Canoas, o sindicato patronal chegou a tomar uma iniciativa inusitada nas campanhas salariais de todo o país. Um dia depois da primeira assembleia dos trabalhadores ajuizou o dissídio negando-se a qualquer discussão. Esta acabou sendo retomada logo após as mobilizações na Massey Fergusson e Coemsa, duas das principais fábricas do município, a partir da pressão do Sindicato dos Metalúrgicos e da intervenção do Secretário do Trabalho do governo Jair Soares.

Porto Alegre

O primeiro acordo firmado foi com as metalúrgicas de Porto Alegre. A categoria vinha de um amplo processo de discussão realizado nas eleições para a diretoria do sindicato. Adão Haagstram, candidato à reeleição, tradicionalmente imobilista e conservador, foi obrigado a radicalizar seu discurso no processo eleitoral. No segundo turno, já estava propondo greve geral e fazendo comício em porta de fábrica (após 3 gestões no sindicato, diga-se de passagem). A três dias do encerramento do prazo de dissídio, Adão não tinha nenhuma nova proposta dos patrões para apresentar a uma assembleia de mais de dois mil metalúrgicos. Diante disso, a categoria decretou greve e a diretoria do sindicato não teve outra alternativa senão assumir seu encaminhamento. Vinte e quatro horas depois os patrões haviam recuado.

O acordo foi considerado ruim pela assembleia de encerramento da greve, mas ficou um saldo político significativo da primeira luta de massas dos 43 mil metalúrgicos porto-alegrenses.



Assembleia dos Trabalhadores Gaúchos

Canoas

Uma semana depois foi a vez dos metalúrgicos de Canoas. De novo os patrões não apresentavam nenhuma proposta. Mesmo com julgamento marcado, a diretoria do sindicato foi para as portas de fábrica com a proposta de greve. Na Coemsa, frente a ameaça de demissões em massa, 1.300 metalúrgicos haviam feito uma greve de doze dias conquistando três meses de estabilidade.

Na Massey Fergusson com a intervenção do sindicato a partir da proposta da empresa de redução da jornada com redução salarial, havia sido conquistado um piso de 54 mil cruzeiros. A greve na Coemsa havia repercutido em todo estado. Paulo Renato Paim, coordenador da Inter-sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas é o

dirigente sindical mais reconhecido em todo Rio Grande do Sul. Uma greve dos metalúrgicos em Canoas poderia repercutir muito mais do que deseja a administração Jair Soares, empenhada em fazer um governo "exemplar" (ver box).

Diante disso, o governo do estado se apressou em segurar seus radicais. A proposta apresentada (ver tabela) bem melhor que a cedida aos metalúrgicos de Porto Alegre, buscava evitar qualquer mobilização grevista. A categoria em assembleia, avaliando os riscos de intervenção no sindicato já que o dissídio seria julgado dois dias após e considerado que as possibilidades de ganho numa greve seriam muito pequenos, acabou aceitando a proposta.

Os mesmos itens dos metalúrgicos, este ano, em Canoas, foram estendidos aos trabalhadores em produção de veículos e máquinas agrícolas, que tradicionalmente conseguem menos nas negociações.

Novo Hamburgo

O penúltimo acordo firmado foi com os metalúrgicos de Novo Hamburgo, uma das cidades mais importantes do Vale dos Sinos. Segundo João Machado, presidente do sindicato e tesoureiro da Intersindical Estadual, a diretoria do sindicato foi praticamente obrigada a aceitar o acordo. As discussões não estavam avançando e no momento em que a diretoria do sindicato iniciou um processo de preparação da greve, a Justiça do Trabalho através do juiz Hermes Pedrassani, marcou julgamento do dissídio e ameaçou intervir no sindicato. Os metalúrgicos hamburgueses em assembleias consideraram que, isolados, não teriam como sustentar um enfrentamento político a esse nível e aceitaram a proposta patronal.

Sinais da mudança

Já no caso dos pequenos sindicatos do interior, 17 ao todo abrangendo duzentos municípios, as negociações foram conduzidas pela Federação dos Metalúrgicos e sem que tenha havido qualquer mobilização. Waldomiro Orso se limitou a ir na esteira dos acordos anteriormente firmados fechando com uma proposta ruim sem nenhuma palavra de protesto.

Durante todo o processo de dissídio em Canoas, Novo Hamburgo e Porto Alegre, a discussão a respeito da greve geral esteve presente e aos poucos ganha consistência. Os trabalhadores, diante do arrocho e da inflação, compreendem a impossibilidade de obter ganhos econômicos duradouros se isso não for precedido de uma mudança radical na política. Duas demonstrações claras desse avanço político da classe operária gaúcha foram dados no primeiro de maio e na manifestação contra o decreto 2012 último dia 18 quando mais de mil trabalhadores realizaram uma passeata no centro de Porto Alegre indo até o Palácio Piratininga.

O longo período de refluxo relativo vivido pelo movimento sindical gaúcho serviu para constituir uma nova e mais ampla vanguarda no movimento sindical bem como para reforçar significativamente o peso dos operários industriais no conjunto do movimento antes ponteados pelos setores médios como bancários e professores. Estes dois processos combinados de politização e retomada das lutas num processo ascendente apontam para um período rico no movimento sindical gaúcho e estão a cobrar uma direção à altura.

RS-Tabela dos Acordos Metalúrgicos

Sindicato	Presidente	Base	Piso Salarial	Produtividade	Antecipação Trimestral	Quinquênio
Sind. Met. P. Alegre	Adão Haagstram	43 mil trab.	51.810,00	4%: 1-5 SM 3%: 5-10 SM 2%: 10-15 SM	NADA	1%
Sind. Met. Canoas	Paulo Renato Paim	14 mil	54.000,00	4%: 1-15 SM	Fábricas até 50 trab.: 50-250: 15% 250: 20% INPC	3%
Sind. Met. N. Hamburgo	João Machado	4 mil	51.810,00	4%: 1-3 SM 3%: 3-6 SM 2%: 6-10 SM	20% INPC todos trab.	1%
Federação (17 sindicatos do interior)	Waldomiro Orso	72 mil	46.272,00	4%: 1-3 SM 3%: 3-6 SM 2%: 6-10 SM	NADA	1%

Minas: movimento sindical na encruzilhada

Da Sucursal

A combatividade dos trabalhadores entra em choque com a paralisia da inter-sindical.

O II ENCLAT, realizado em agosto do ano passado, tomou decisões equivocadas, como o apoio ao adiamento do CONCLAT. Mas apontou, por outro lado, rumos positivos para a reorganização do movimento sindical no estado, sintetizados na luta contra o desemprego. Além disso, elegeu uma Comissão Estadual pró-CUT representativa de todas as correntes. Outra decisão importante: dividir o estado em regionais e constituir comissões em cada uma delas.

Passados nove meses, a constatação dos sindicalistas, independentemente de sua coloração ideológica, é que muito pouco foi cumprido. Talvez até se possa firmar que houve retrocesso. As últimas iniciativas da pró-CUT mineira foram marcadas pelo insucesso e esvaziamento, quando não adiadas por absoluta falta de condições de encaminhamento ou mesmo por discordâncias menores. O dia 22 de março obteve pequena participação de massa, e mesmo assim graças a esforços do Movimento de Transportes da Região Industrial de B. Horizonte, que, no mesmo dia apresentava suas reivindicações ao governador. No dia 24 de abril estava marcado um congresso dos Trabalhadores Mineiros: foi adiado. O 1º de Maio contou com a participação de no máximo 1500 pessoas, a maioria ativistas do movimento sindical e popular, além das diretorias de entidades.

No dia 13 de maio, novamente o congresso estadual foi adiado, marcando-se então uma Assembleia Intercategorias no dia 21, para definir os rumos da luta contra o desemprego em Minas. Não contou com mais de 150 pessoas.

O funcionamento interno da Pró-CUT ilustra esse quadro de impasse. Atualmente, apenas quatro sindicatos eleitos no Enclat assumem efetivamente: petroleiros, médicos, telecomunicação e professores. O número de categorias que participam do dia a dia das comissões de trabalho raramente supera o número de dez.

Quais as razões do impasse?

Uma das maneiras de explicar esse quadro é tradicional no movimento: os trabalhadores, massacrados pela crise, procuram cada um salvar a sua pele e não querem se mobilizar coletivamente. A realidade nega essa avaliação.

Estes cinco meses foram marcados por várias mobilizações em Minas. Houve a greve dos metalúrgicos de Caeté e a mobilização dos trabalhadores da Belgo-Mineira que barraram a investida da empresa que queria lhes cortar o INPC (foram realizadas assembleias com mais de dois mil trabalhadores). Os funcionários públicos fizeram uma campanha salarial massiva com manifestações de até duas mil pessoas e a greve dos professores da rede pública paralisou as principais escolas de Belo Horizonte.

As movimentações se estenderam até o interior do Estado: em Uberlândia, houve uma passeata com 1.500 professores; em Governador Valadares, os trabalhadores da Ceni-

bra se mobilizaram para evitar demissões. Em Belo Horizonte, foi constituído um comitê de luta contra o desemprego que conta com a participação de mais de trinta associações de bairro.

A combatividade da classe trabalhadora não está minada. Pelo contrário, ela continua insistindo nas lutas isoladas e espontâneas, resistindo à política do arrocho e desemprego.

Paralisia da pró-CUT

O funcionamento da pró-CUT mineira permite a participação de qualquer dirigente sindical, em todas as suas reuniões, com direito a voz. As plenárias sindicais estaduais têm inclusive a participação de um delegado por categoria com direito a voto, além das diretorias.

Os sindicatos que abandonaram a pró-CUT não podem ser encaixados em uma só corrente do movimento pois entre eles existem notórios pelegos como os dirigentes das federações de Bancários e Metalúrgicos e sindicalistas identificados com o bloco "combativo" como os dirigentes do Sindicatos dos Metalúrgicos de Betim, João Monlevade, e Associação dos Servidores do DER. As razões que levaram o abandono por parte dos pelegos são as conhecidas: não reconhecem a Pró-CUT de público, uma atitude abertamente divisionista e boicotadora do movimento.

A atitude dos outros sindicatos que não vêm participando é, no mínimo, incompreensível pois com a retirada das federações nunca

houve tanto espaço para constituir uma inter-sindical combativa aqui no estado.

Marcar um Enclat

O quadro atual exige uma ação em três níveis. O primeiro é organizativo: é preciso que a atual Pró-CUT marque um Congresso Estadual (Enclat) para o final do mês de julho. Este Congresso deve ser o principal palco de debates e decisões para as polêmicas existentes atualmente, sendo por isto importante que se chame todos os setores e correntes do movimento sindical. Além disso, deve também renovar a pró-CUT e apontar rumos para a luta aqui no estado além da participação no Conclat nacional. É necessário que ele seja precedido de encontros regionais com sede nas principais cidades do estado que definam propostas para o congresso estadual além de elegerem intersindicais regionais.

O segundo nível é político. A comissão pró-CUT precisa assumir a luta contra o desemprego no estado buscando estreitar os laços com o movimento popular (Associações de Bairro) e fortalecer o Comitê já existente canalizando a força do movimento sindical para esta luta.

Finalmente os sindicalistas comprometidos com as lutas dos trabalhadores precisam assumir na prática a construção da CUT, jogando força na realização do Conclat-MG e Conclat. Assumir na prática significa trabalhar efetivamente para a sua realização e participar efetivamente da luta contra o desemprego, ao lado das Associações de Bairro e outras entidades de desempregados.

Bancários - Campinas - SP

O fim de 18 anos de peleguismo

Em maio, mais um pelego caiu. O Sindicato dos Bancários de Campinas (que na verdade inclui também outras 20 cidades vizinhas) passa agora a ser dirigida por uma oposição que tem como aspectos fundamentais de seu programa a luta pela independência dos sindicatos frente ao governo, a democracia interna e a soberania das assembléias. Aqui o resumo de uma longa conversa com Geraldo Cartaginezzi, um petista que é agora vice-presidente da entidade.

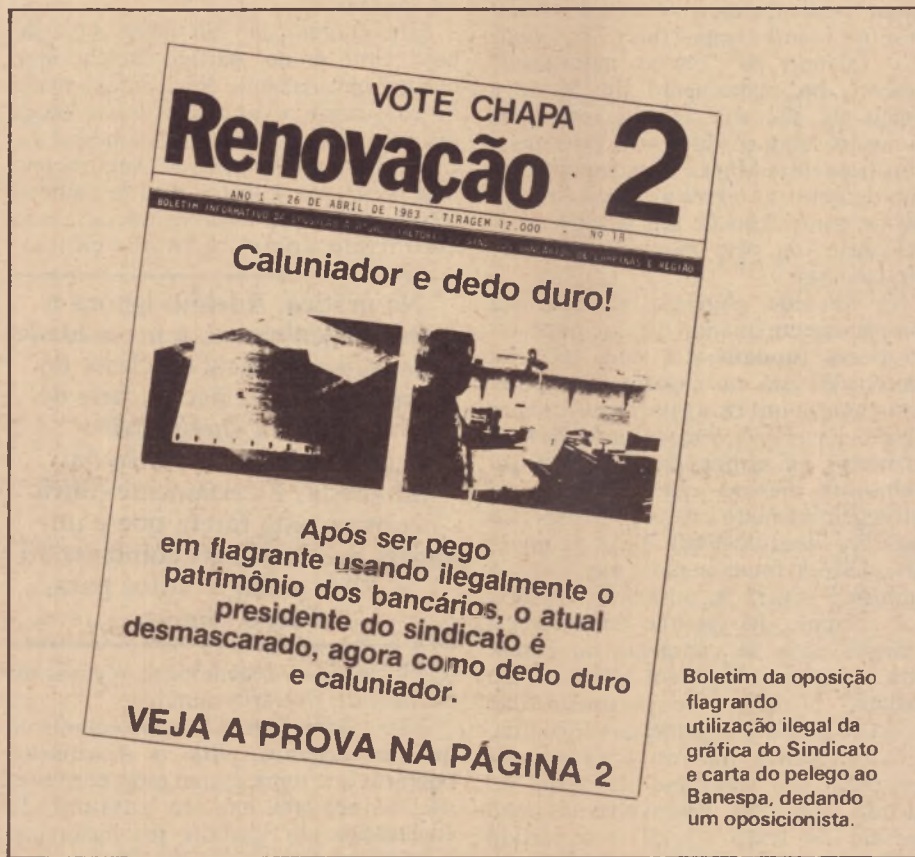
A oposição somente conseguiu se articular a partir de dezembro de 1982, quase às vésperas de registrar a chapa. As tentativas anteriores de organização eram barradas pela debilidade e inexperiência do movimento e pelas seguidas demissões de opositoristas, visivelmente "coincidentes" com as pressões do pelego.

O processo de escolha da chapa mobilizou mais de 50 bancários, a partir de grupos de banco e de reuniões plenárias. Ao final do processo eleitoral, eram mais de 70 bancários que se envolveram na briga, inclusive porque a oposição cumpriu importante papel de levar à categoria um novo sentido para o sindicato como órgão de luta.

A campanha eleitoral não fugiu muito à regra das demais existentes em outros sindicatos: pressões da comissão eleitoral, encabeçada pelo próprio candidato da chapa situacionista (e presidente do sindicato), uso da máquina da entidade para fazer a propaganda da chapa pelega (que inclusive foi flagrada na gráfica, em escândalo que chegou até a imprensa local) e, para variar, ameaças de surras e mortes.

Mesmo assim, no primeiro escrutínio, entre 4930 votantes, o resultado foi o seguinte: chapa 1, 1671; chapa 2 (oposição), 2096; brancos e nulos, 91.

No segundo escrutínio, aumentaram as manobras para conturbar a votação (o pelego, certo de perder, procurava pretexto para uma intervenção do governo). Além disso, as urnas caminhavam morosamente nos bancos onde a oposição



tinha ganho no primeiro escrutínio. Mesmo assim, deu quorum e o resultado foi o seguinte: chapa 1, 1299 votos; chapa 2, 1526 votos.

A nova diretoria já começa a elaborar planos para a campanha salarial da categoria e para estender a influência do sindicato sobre a base.

Arnaldo Gonçalves arranhado na sua base

Arnaldo Gonçalves, famoso por capitanear a burla das fichas de inscrição ao Enclat paulista e por estrelar o processo divisionista da Federação Estadual dos Metalúrgicos, teve agora algumas dores de cabeça nas eleições de sua entidade.

Arnaldo, não conseguiu os 50% de votos necessários para ser reconduzido, em primeiro escrutínio, à presidência do sindicato metalúrgico de Santos.

Os resultados foram os seguintes: Chapa do Arnaldo 4462; chapa da oposição 2028; chapa 3 (pelega) 744, brancos 32, nulos, 116. Deixaram de votar perto de três mil sindicalizados.

Mais uma do Magri

O senhor Rogério Magri, presidente do sindicato dos eletricitários do S. Paulo, tornou-se famoso pela iniciativa atabalhoada de enviar milhares de cartas aos sindicalistas de todo o país, propondo o adiamento da Conclat, no que aliás foi estimulado por grande parte da chamada Unidade Sindical. Só que agora ele aprontou uma ainda mais escandalosa.

Nas eleições para a Federação dos Trabalhadores em Indústrias Urbanas, até aqui presidida por Hugo Perez, também do sindicato de Magri, a chapa única (de continuidade) encabeçada por Peres simplesmente não conseguiu o número de votos para validar o escrutínio. Os delegados representantes dos sindicatos, em sua gigantesca maioria, simplesmente preferiram votar em branco sucessivas vezes, dando margem assim a uma intervenção governamental, o que foi visto por Magri como uma vitória.

A situação se complica ainda mais, sabendo da importância do Hugo na articulação da chapa de oposição na CNTI (aquela do Joaquinção) e no jogo de correntes na Conclat. Além disso, Hugo Peres está, nada mais nada menos, que à cabeça do DIEESE.

ainda frágil nas fábricas e do fato de o presidente da chapa 5 ter sido o presidente da chapa de oposição na eleição anterior, para a maioria dos operários a imagem de oposição ficou com a chapa 5. Da parte da chapa 4, a única que apresentou propostas de organização e reivindicações para a categoria, houve a subestimação daquilo que era o objetivo central para a categoria naquele momento: a derrubada dos pelegos.

Tirando lições deste processo, a OPOSIÇÃO SINDICAL, acertadamente, retirou a chapa 4 para o segundo escrutínio e passou a conchamar a todos os que nela votaram a votar na chapa 5 para derrubar a pelegada. Ao mesmo tempo, a OPOSIÇÃO SINDICAL, que apesar da derrota eleitoral cresceu, permanecerá organizada e atuando, o que é decisivo para a própria categoria.

Metalúrgicos de Volta Redonda Vitória da oposição

Os metalúrgicos de Volta Redonda e Barra Mansa votaram majoritariamente nas duas chapas de oposição (4 e 5), derrotando a principal chapa dos pelegos (chapa 3) bem como suas dissensões (chapa 1 e 2). Um resultado expressivo da vontade da categoria de mudar o sindicato, passando por cima da fraude descarada (como as listas fantasmas de eleitores), da intimação dos gangsters da chapa 3, do auxílio das empresas a esta chapa e da utilização pelos pelegos da máquina e do dinheiro do sindicato,

como ficou demonstrado na contratação de uma frota de 60 carros para o transporte de aposentados.

Agora os metalúrgicos, por força da CLT, vão ao segundo escrutínio marcado para o dia 9 de junho. A luta da oposição sindical será pela confirmação da derrota da pelegada, conchamando o voto em peso na chapa de oposição mais votada.

As duas chapas de oposição

Ao contrário do previsto pelo EM TEMPO (nº 171), a chapa de oposição

vitoriosa foi a chapa 5, liderada por Juarez Antunes. Foi esta chapa que capitalizou majoritariamente o sentimento de oposição da categoria, apesar da grande maioria dos membros da OPOSIÇÃO SINDICAL estarem na chapa 4 e de ser esta a que representou a continuidade programática da história da oposição. Por isso mesmo, o resultado surpreendeu até mesmo às demais chapas.

A razão principal deste resultado pode ser encontrada na própria divisão da oposição sindical, episódio que permaneceu obscuro para o conjunto da categoria durante toda a campanha. De um lado, na chapa 4 ficou a maioria da oposição histórica, defendendo a organização de comissões de fábrica como base fundamental do trabalho sindical. De outro, a chapa 5 defendendo o que se poderia chamar de "parlamentarismo sindical", que já se expressou na campanha na medida em que o presidente desta chapa reivindicava ter sido o responsável por todas as conquistas da categoria e apregoava que, uma vez eleito, ele próprio resolveria os problemas vividos pelos operários.

Diante da divisão não esclarecida da oposição, de uma organização de base

Os números da eleição

Chapas	1	2	3	4	5
Votação Geral	1896	709	4034	2379	4378
Votação dentro da CSN	1367	321	1709	1906	3433



Carta aberta ao companheiro Luiz
MARCOS ROLIM

Em Tempo:
Um passo atrás, outro também

ADELMO GENRO FILHO

Adelmo Genro Filho De Marx a Lênin e ao PMDB

Uma resposta ao artigo "EM TEMPO: Um passo atrás e outro também", de Adelmo Genro Filho, militante do PMDB gaúcho e ex-vereador em Santa Maria, publicado num folheto intitulado "Polêmica". Em questão a estratégia de construção do partido revolucionário no Brasil.

Por João Machado

Adelmo Genro Filho procura fazer uma crítica dura ao texto do Caderno EM TEMPO, "O PT e o Partido Revolucionário no Brasil", que representa basicamente a visão da nossa corrente política sobre qual é a posição que os marxistas devem adotar com relação ao PT e sobre que rumo deve tomar a construção de um partido revolucionário em nosso país. Segundo Adelmo, com as nossas concepções, passamos "na prática, de armas e bagagens para o 'marxismo legal'"; delineamos uma "sistemática concepção anti-leninista".

A conclusão do texto é que "o EM TEMPO caminha dois passos atrás. O primeiro, porque recua teoricamente no campo leninista, estabelecendo uma mediação oportunista para manifestar o espontaneísmo de sua concepção Geral. Essa mediação é a construção do PT como 'partido mesmo', operário e de massas, para a sua metamorfose — num futuro indefinido — em partido revolucionário". "O segundo passo atrás, consequência do primeiro, ocorre no plano político e ideológico. Ao submeter-se disciplinada e conscientemente às políticas do PT, inclusive propagandando a necessidade de uma unificação cada

Na verdade, Adelmo se equivoca completamente quando diz que nossa divergência fundamental com as suas concepções está em negarmos o caráter de superação que existe no leninismo com relação ao primeiro marxismo, particularmente na concepção do partido.

vez maior, os simpatizantes do EM TEMPO jogam a pá de cal sobre uma suposta independência tática do núcleo leninista". A consequência prática é que o reformismo fica sendo, até que aconteça o milagre da transformação, a única postura política possível".

Para fundamentar essa crítica às nossas concepções, Adelmo gasta o grosso do seu artigo para desenvolver a idéia de que há uma ruptura e uma superação entre Marx e Engels, de um lado, e Lênin, do outro, em termos do desenvolvimento do marxismo. Essa ruptura se centra na teoria do partido.

Assim, o leninismo constitui uma etapa mais elevada do marxismo, não apenas uma continuação. Para Adelmo, nossa divergência fundamental estaria "na maneira de considerar as contribuições de Lênin ao marxismo e o significado teórico global destas contribuições".

Seria nossa incompreensão do significado da contribuição leninista que nos levaria a diluí-lo e a chegar a posições anti-leninistas e reformistas. Ou seja, nós estaríamos tentando apenas repetir um caminho de construção partidária seguido por Marx e Engels nos começos do movimento operário, ignorando (ou não compreendendo) o que Lênin teria supe-

rado das concepções sobre o partido de Marx e Engels. O caminho de Marx e Engels seria "pré-leninista no plano histórico e anti-leninista no plano político".

Para demonstrar sua tese, Adelmo realiza fundamentalmente uma discussão filosófica (como chega a dizer, "ontológica"), falando da "tensão naturalista" presente no pensamento de Marx e Engels etc. Ou seja, acredita que uma discussão sobre as diferenças políticas e filosóficas entre Marx e Lênin é suficiente para demonstrar o erro da nossa concepção de construção de um partido revolucionário, ou pelo menos seu caráter anti-leninista.

Na verdade, Adelmo se equivoca completamente quando diz que nossa divergência fundamental com as suas concepções está em negarmos o caráter de superação que existe no leninismo com relação ao primeiro marxismo, particularmente na concepção de partido. Achamos mesmo que Adelmo, ao privilegiar de modo excessivo os aspectos filosóficos (ontológicos), deixa de apontar questões fundamentais nas quais o leninismo supera as posições de Marx. Por exemplo, na questão da estratégia revolucionária de conquista do poder. Esta questão, aliás, tem uma relação bastante próxima com a questão da teoria do partido, do papel da vanguarda, e fundamenta mesmo a revolução realizada pelo leninismo na teoria do partido. Se não desenvolvemos esta questão no texto "O PT e o partido revolucionário no Brasil", é simplesmente porque não era o objetivo ali explicar a importância do leninismo e a novidade das suas contribuições.

Ou seja, embora possamos discordar da maneira utilizada por Adelmo para fundamentar a idéia de que o leninismo é uma superação (categoria que implica, como Adelmo sabe e diz, um elemento de negação) das concepções de Marx e Engels, particularmente na questão do partido, não temos aí nenhuma divergência fundamental. Sobre esta questão, desenvolvemos mais nossa visão neste mesmo jornal (na série "a questão do partido na história do movimento operário") e na revista **Perspectiva Internacional** (particularmente no artigo publicado no nº 4, "A estratégia revolucionária de conquista do poder").

Antes de abordarmos a concepção de Adelmo sobre a construção de um partido leninista, devemos dizer que ele não compreendeu a nossa. **Não propomos a repetição apenas do caminho de Marx e Engels.** Enfatizamos claramente a necessidade de uma organização de vanguarda, que admite como membros os "indivíduos revolucionários mais avançados política e teoricamente", para usar a expressão de Adelmo. Dizemos claramente que a construção de um partido revolucionário não pode ser um processo espontâneo, e neste sentido se dá de cima para baixo.

Nossa divergência com Adelmo é sobre como passar, nas condições concretas da luta de classes hoje no Brasil, de uma organização de vanguarda, como as que temos, para um partido revolucionário digno do nome, isto é, capaz de dirigir as massas. Adelmo diz que "se pensarmos em um núcleo de vanguarda, conspirativo e centralizado, crescendo enraizado na classe operária e articulado com o

movimento de massas, veremos que esta idéia nada tem de absurda ou irrealizável". E para mostrar como realizar, Adelmo cita a experiência do partido bolchevique, que passou em 1917 de 40 mil militantes em fevereiro para 300 mil em outubro.

Esta comparação da nossa situação hoje com a do partido bolchevique mostra que Adelmo deixa inteiramente de considerar o caráter da nossa época histórica. Não leva absolutamente em conta as condições que tiveram e têm hoje para o movimento operário mundial a consolidação da social-democracia e do stalinismo como correntes contra-

Na prática, Adelmo ignora o ABC do leninismo, a necessidade da independência de classe do proletariado, a necessidade de lutar para emancipar o proletariado da tutela da burguesia. É certamente difícil cumprir esta tarefa que é um dever dos leninistas combatendo o PT e pedindo votos para... Pedro Simon.

revolucionárias hegemônicas a nível do movimento operário mundial.

Não parece entender absolutamente que as derrotas para o movimento operário que representam estas correntes nos colocaram em um patamar de construção do partido revolucionário praticamente muito inferior ao que existia na época de Lênin, embora possamos ter hoje (e devemos ter) um programa muito mais avançado e rico do que o que podíamos ter na época de Lênin. Estamos obrigados a mediações muito mais complexas do que as que eram necessárias nos primeiros anos da III Internacional para que possamos construir partidos revolucionários. Estamos hoje diante de um nível médio de consciência de classe do proletariado, a nível internacional, muito abaixo do que existia no início do século. Favorecer o avanço da consciência revolucionária é hoje uma tarefa muito mais completa. Exige, inclusive retomar algumas táticas da época de Marx, do início do movimento operário.

Foi por não compreenderem o caráter da nossa época histórica precisamente do ponto de vista da construção de partidos revolucionários de massa que inúmeras organizações revolucionárias que se formaram nos anos 60 rompendo com o stalinismo e a social-democracia ficaram perplexas quando seus planos de rápida construção foram por água abaixo e terminaram, na sua imensa maioria, por se dissolverem. Processo, aliás, que estamos assistindo de forma acelerada no Brasil. Não, a construção de um partido

revolucionário não é hoje tão simples como parece a Adelmo Genro.

Além de não compreender as dificuldades gerais da nossa época para fazermos avançar a consciência de classe do proletariado e construirmos partidos revolucionários, Adelmo compreende menos ainda da situação da luta de classes, da vanguarda operária, em nosso país. Aliás, não parece achar esta questão importante. Em um artigo escrito para criticar nossa concepção de construção de um partido revolucionário no Brasil, nossa posição diante do PT, ele simplesmente deixa de analisar o caráter da vanguarda operária hoje no Brasil e o caráter do PT. Simplesmente ignora a questão central que se coloca para nós, que é: por onde tem avançado o processo de formação de uma vanguarda operária ampla, com influência de massa, como podemos impulsionar o seu amadurecimento político e ganhá-la para o marxismo e para a concepção leninista de partido.

Adelmo não pode fugir destas questões se quiser de fato construir um partido operário revolucionário; não pode escapar simplesmente dizendo que o PT é um "partido institucional" (o que é uma caracterização confusa e ademais incorreta), com uma "sólida hegemonia social-democrata" (o que é falso. Antes de mais nada, a social-democracia é uma corrente integrada ao Estado burguês, que pratica uma política ativa de colaboração de classes, e Adelmo não pode demonstrar que isto prevaleça hoje no PT).

Na verdade, o ataque de aparência esquerdista de Adelmo ao PT, e a todos os que militam no seu interior, é apenas uma cobertura para uma política direitista... militar no PMDB. É quando consideramos a prática de Adelmo que vemos que seu radicalismo "filosófico" não chega até a verdade dos fatos. Na prática, Adelmo ignora o ABC do leninismo, a necessidade da independência de classe do proletariado, a necessidade de lutar para emancipar o proletariado da tutela da burguesia. É certamente difícil cumprir esta tarefa que é um dever dos leninistas combatendo o PT e pedindo votos para... Pedro Simon. (e seu programa de colaboração de classes).

O fato de que Adelmo Genro defenda o leninismo, numa época em que este tem sido muito atacado por vários militantes que têm alguma prática no movimento operário, nos faz de alguma maneira simpáticos a suas posições. Mas só poderemos realizar de fato uma discussão séria com ele quanto à construção do partido no momento em que se dispuser a fazer uma "análise concreta da situação concreta" (o que como dizia Lênin, é a alma do marxismo) e tiver um mínimo de coerência na sua prática política com as posições fundamentais do marxismo e do leninismo.

X Semana de Estudos de Jornalismo

6 a 10 de junho — das 19,30 às 22,30hs.

Local: ECA-USP - Aquário do CJE

Dia 6 — 2ª feira — MARXO JORNALISTA.

Expositores: Leandro Konder, José Álvaro Moisés e Laurindo Leal F.

Dia 7 — 3ª feira — MARX E A LIBERDADE DE IMPRENSA.

Expositores: José Artur Gianotti, Brás José de Araújo, Mario Innocentini e Celso Loge.

Dia 8 — 4ª feira — MARX NA FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS.

Expositores: Osvaldo Peralva, Fulvio Abramo, Alberto Dines e Marcos Faerman.

Dia 9 — 5ª feira — MARX VISTO PELOS GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO.

Expositores: Raimundo Pereira, Octavio Frias Filho, Jorge Escoteguy, Marília Pacheco Fiorillo, Nirlando Beirão.

Dia 10 — 6ª feira — OS JORNAIS MARXISTAS BRASILEIRAS.

Expositores: Edgar Carone, Marco Aurélio Garcia, Heitor Ferreira Lima e os editores dos jornais Voz da Unidade, Tribuna da Luta Operária, Convergência Socialista, o Trabalho, Em Tempo e Tribuna Socialista.

Lula fala da situação interna do partido: Há má fé na "crise do PT"

Nas últimas semanas, sobretudo em São Paulo, a grande imprensa vem centrando fogo na "crise do PT" visando criar uma imagem de que o partido está falido. Para isso, inclusive, tem se apoiado em várias declarações de certos parlamentares petistas que, numa estranha coincidência, vêm também, ultimamente, se indispondo crescentemente contra as diretivas partidárias.

Para debater esta situação e as tarefas gerais enfrentadas hoje pelo partido, *EM TEMPO* entrevistou Luis Inácio Lula da Silva, Presidente do PT.

Por Flávio Andrade

— Como você analisa o momento atual vivido pelo partido?

— Estamos agora num momento de renovação das direções, e este processo está revigorando o partido. Tenho visto em vários municípios companheiros com uma grande disposição de luta, de jogar o partido na ação, se preparando para assumir as tarefas que teremos pela frente. Eu acho portanto que até julho a tendência é de sairmos da situação em que estamos, com um PT mais forte, se jogando para a luta de massas, nas ruas, nas fábricas e bairros, denunciando as coisas que estão aí. Pra isso a nucleação é imprescindível, pois os núcleos são as pontas da nossa ação junto ao movimento de massas.

Hoje é claro que não podemos ter um partido apenas dependendo dos debates que se dão a nível nacional, a nível parlamentar. Esse debate não preenche as necessidades da crise que passa o país, do ponto de vista da classe trabalhadora.

O partido não pode ficar só no parlamento; tem que se jogar na luta de massas, nas ruas, nas fábricas, numa política aguerrida e combativa de luta da classe trabalhadora.

Nossa ação tem que ser de massas. E repito, eu tenho visto muitos companheiros se candidatando agora na renovação das direções com esta política. Uma política que está cada dia sendo mais cobrada dentro do partido; uma política aguerrida e combativa de luta da classe trabalhadora. Esta é a política que está fazendo falta hoje no partido.

— Você fala de política de massas, sugere uma ação de lutas e mobilizações. Mas trata-se aí mais de método de ação do que de proposta política propriamente dita. Pergunto: a seu ver qual a orientação política hoje para o PT? Qual a linha política para o momento?

— Veja, eu não tenho nenhuma dúvida sobre esta postura de luta que devemos adotar. Agora, as questões que mobilizam hoje a classe trabalhadora estão aí: o desemprego, as prestações do BNH, o aluguel, a política salarial; são estes os pontos em torno dos quais a ação do partido deve se lançar. Em torno destas questões, hoje está claro, temos já demonstrações disso, a classe trabalhadora tem mostrado disposição de mobilização, desde que vislumbre uma solução, ou desde que vislumbre a possibilidade de, organizada, realizar um grande protesto nacional. É por aí que temos que ir.

Ao lado disso está na hora também do PT assumir a campanha por eleições diretas para a Presidência da República. É assim que conseguiremos nos contrapor a esta série de presidenciais que estão ocupando todo o processo. Uma ação de rua, de massas, pela eleição direta, junto à qual levamos também todos aqueles outros temas que mencio-

Os protestos dos desempregados são importantes. E as autoridades têm que ver que se nada for feito a coisa pode acabar tomando um rumo que eu acho que efetivamente a classe trabalhadora deve fazer tomar.

nei anteriormente. Só que para nós, aí, na campanha pelas diretas, o importante não é lançar desde já um nome, nosso candidato, diferentemente de como entendem por exemplo os companheiros do PDT. Para nós do PT, o fundamental é reivindicar as eleições diretas junto com um programa que resuma o conjunto das questões mais sentidas pelo povo e que mostre portanto que sua solução está vinculada à mudança do poder hoje vigente.

— Retomando a primeira idéia, da luta social. A questão da greve geral está aí, como forma de luta contra a política econômica da ditadura. Como você vê esta proposta e sua relação com o PT?

— O que está acontecendo hoje no movimento sindical, no que diz respeito à questão do desemprego? Acho que não apenas o movimento sindical mas também outros setores da sociedade estão preocupados com a questão (como não poderia deixar de ser); mas sem uma proposta de curto prazo que possa trazer algum alento para as massas no que diz respeito à possibilidade de conquistas reais. Então, por exemplo, na medida em que se criou um clima em São Paulo onde qualquer manifestação de desempregado passa a ser um desafio à democracia do Sr. Montoro, então você já tem aí um primeiro obstáculo a uma ação de massas. Há pessoas que hoje gostariam que a questão do desemprego pudesse ser resolvida apenas a nível de conversas, de gabinetes, de planos, de parlamento. Eu tenho ido a várias reuniões sindicais onde não poucos dirigentes ficam dizendo que não se pode fazer isso porque vai atrapalhar o governo Montoro, não se pode fazer aquilo porque vai desestabilizar, não se pode porque é baderna etc.

Então veja, por aí já está se inibindo qualquer ação de maior envergadura da classe trabalhadora. Prá mim está claro que o problema hoje não é de propostas; o movimento sindical e outros setores da sociedade já apresentaram soluções até cansar: redução da jornada, fim das horas-extras, estabilidade, reforma agrária, investimentos públicos etc. O que as pessoas se perguntam então é: como fazer? E é aí que entra a greve geral. Eu acho que é a resposta da classe, que é uma

questão na ordem do dia, juntando empregados e desempregados numa ação conjunta. A dificuldade não está na disposição da classe trabalhadora mas, creio eu, muito mais na disposição de certos dirigentes sindicais. Ora, a greve é possível, mesmo que não seja possível para todas as categorias literalmente. Pois pode-se parar alguns setores fundamentais. Veja em São Paulo: se pára a rede bancária, o metrô, o transporte coletivo e uma tantas categorias importantes, na prática você parou o estado todo de São Paulo.

Então o que não há é consciência dos dirigentes sobre isso. Porque uma greve não acontece assim, espontaneamente quando todos os trabalhadores resolvem parar. É importante, é decisivo, que os dirigentes tomem a iniciativa e digam que é hora de parar.

Então veja, eu acho que a greve geral está na ordem do dia. Agora, ao PT não cabe fazer a greve geral; cabe ao partido estar solidário com ela, ajudar onde for o caso na sua tomada de consciência pela classe trabalhadora, e estar junto na sua deflagração ajudando no que for preciso.

A greve geral contra a política econômica do governo e as eleições diretas para a Presidência da República são duas campanhas imediatas que temos que assumir.

Há também a questão dos desempregados. A dificuldade hoje é que na medida em que voce reúne muitos desempregados e eles pedem emprego, água, aluguel, luz, alimento etc, você não tem como resolver imediatamente estas questões. Então o que é que você quer que eles façam? Pedir paciência, que esperem?

É importante não querer tutelar estes movimentos; mas pelo menos devemos ver que é importante que eles ajam livremente, de acordo com sua vontade, prá ver se conseguem sensibilizar não só o governo municipal e estadual mas, muito mais, o governo federal. Algumas pessoas

acham que a questão é orientar os trabalhadores para fazerem a ligação da luz, da água etc, rompendo assim o corte do fornecimento por falta de pagamento dos desempregados. Mas, não é muito mais fácil orientar no sentido de reivindicar das autoridades a isenção destas taxas? Eu acho que é por aí que a luta tem que ir. Mas veja, só isso não resolve. É preciso claramente que haja manifestações públicas, que haja protestos públicos; e aí eu não saberia exatamente a forma, mas uma coisa é certa: tem que haver protestos. Para que as pessoas, que as autoridades se sensibilizem para a criação de uma política de empregos. Ou pelo menos pessoas tem que entender que se nada for feito a coisa pode acabar tomando um rumo que eu acho que efetivamente a classe trabalhadora deve fazer tomar.

— Pegando agora a luta política. Você falou de diretas para a Presidência da República. Mas se são diretas junto com um programa, com fim da LSN, com plenas liberdades, fim da estrutura sindical, direito de greve, etc., então não é mais diretas; é todo um conjunto de reivindicações democráticas. Isto não é uma chegada envergonhada à tese da Constituinte? Ou de outro lado, a atualidade das diretas não vem ressaltar ainda mais a urgência do partido rever sua posição a Constituinte?

— Veja, eu acho que temos que nos lançar à luta contra este tipo de sucessão que está se desenrolando. Mas veja também: nós temos que pegar a bandeira que mais une a maior quantidade possível de setores oposicionistas e sociais. Hoje a Constituinte não une, por exemplo, internamente o PT. As diretas sim. Então é por aí. Mas agora, se a pré-convenção do PT vier a decidir pela Constituinte então será ela, teremos que nos lançar unidos em torno desta bandeira. Mas isso se nos debates o partido entender assim. E só agora estamos começando este processo.

— Pulando agora para os temas internos, como você avalia os desdobramentos dos temas da luta interna que vem se dando no



A Revolução leninista

A partir da experiência dos bolcheviques russos, Lênin introduziu um novo conceito de partido revolucionário: um partido formado por uma vanguarda de "revolucionários profissionais", distinta do conjunto da classe operária, que prepara conscientemente o enfrentamento com o Estado burguês e a tomada do poder pelos trabalhadores sob sua direção.

O desenvolvimento do Partido Bolchevique e da concepção leninista de partido marca um momento novo na história do movimento operário.

Esta concepção foi desenvolvida principalmente através de duas polêmicas travadas por Lênin no início do século, contra os "economistas" e contra os mencheviques.

Os "economistas" eram uma tendência no interior do movimento social-democrata russo (na época, social-democracia era ainda sinônimo de marxista) que defendia a tese de que cabia à social-democracia conduzir sobretudo as "lutas econômicas", acessíveis a todos os operários, deixando em segundo plano as "lutas políticas". Tinham uma visão espontaneísta do desenvolvimento do movimento, de um desenvolvimento da consciência a partir apenas das lutas econômicas.

Na sua argumentação, Lênin se volta contra a idéia de espontaneidade e da exclusividade das lutas econômicas:

"Por suas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência trade-unionista (sindicalista), isto é, à consciência de que é preciso se unir em sindicatos, bater-se contra os patrões, reivindicar do governo tais ou quais leis necessárias aos operários, etc. Quanto à doutrina socialista, ela nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas, elaboradas pelos representantes cultos das classes proprietárias, pelos intelectuais".

"E por isso que nossa tarefa, a da social-democracia, é combater a espontaneidade, retirar o movimento operário desta tendência espontânea que tem o trade-unionismo de se refugiar sob a asa da burguesia para atraí-lo para as asas da social-democracia revolucio-

nária". (as duas citações são do "Que Fazer?").

Além de defender a importância da consciência, trazida de fora da luta puramente econômica, Lênin introduz uma idéia de que a tarefa do partido é "recolher (...) e concentrar todas as gotas e pequenos riachos da efervescência popular, que escorrem através da vida russa em quantidade infinitamente maior do que imaginamos ou acreditamos, mas que temos de reunir em uma só torrente gigantesca".

Em 1903, se realiza o II Congresso do Partido Operário Social-Democrata Russo, no qual ocorre a divisão entre mencheviques (palavra russa que significa "homens da minoria, pois os mencheviques ficaram como minoria ao final deste congresso) e bolcheviques ("homens da maioria"). A divisão se deu em torno da redação do artigo 1º dos estatutos do partido. A proposta de Lênin dizia:

"É membro do partido aquele que lhe reconhece o programa e apoia o partido tanto por seus meios materiais como por sua participação pessoal em uma das organizações do partido".

A proposta de Martov (menchevique) dizia: "É considerado membro do partido aquele que lhe reconhece o programa, apoia o partido por meios materiais e lhe dá uma colaboração pessoal regular, sob a direção de uma das suas organizações". Assim, Martov defendia um critério de militância partidária mais frouxo do que o de Lênin. Por detrás desta concepção, estava a questão da delimitação da vanguarda e da classe, da distinção entre o partido e a classe, afirmada por Lênin e negada por Martov.



O partido de combate

Podemos resumir a concepção de partido que se desenha a partir das posições de Lênin nestas duas discussões em torno de três idéias.

A primeira, de que o partido revolucionário não se forma pelo movimento espontâneo da classe. Entre o partido marxista-revolucionário e as organizações criadas pela classe há uma diferença de natureza, e não apenas de grau; a diferença entre uma organização de vanguarda delimitada e uma organização de massas, sem delimitação.

Para Lênin, há uma delimitação rigorosa entre o partido e o conjunto da classe, a vanguarda marxista é o resultado de um processo de seleção é formada por "revolucionários profissionais", isto é, dedicados fundamentalmente às tarefas da revolução.

A segunda idéia-chave é o que podemos chamar de plano estratégico central do "Que Fazer?": ao partido cabe fazer uma agitação, integrando e reagrupando as revoltas, os movimentos de protesto ou de resistência elementares, espontâneos, esparsos, puramente locais ou setoriais. Ao partido revolucionário cabe lutar para elevar as lutas localizadas ao nível político mais alto, dirigi-

las, desenvolvê-las até a luta contra o poder de Estado.

A terceira idéia básica é que um partido revolucionário é um partido de combate, que se volta para preparar a revolução, preparar a intervenção do proletariado em uma crise revolucionária (e ajudar a criar esta crise), para dirigir as massas no enfrentamento com o Estado, contra o seu aparelho de repressão.

Destas idéias decorre, naturalmente, uma ênfase no que se costuma chamar de "fator subjetivo", na intervenção consciente. Como já foi observado muitas vezes, esta ênfase leva à presença constante, nos escritos e intervenções de Lênin, da preocupação com as questões organizacionais.

Fica claro que a concepção leninista foi na verdade uma **revolução** no conceito de partido marxista existente na época. Isto fica muito claro quando pensamos nas idéias de partido dominantes na II Internacional, as do partido alemão, de Kautsky, que insistia em que "a social-democracia é um partido revolucionário, mas não é um partido que faz a revolução, porque a revolução não é algo que possa ser feito", que tratava a revolução como um processo puramente natural.

Mas fica claro também quando tomamos como referência a visão do próprio Marx, que pensava o partido comunista como o resultado do movimento orgânico da classe, dando à vanguarda marxista um papel bem menos determinante do que daria Lênin. As idéias de Lênin de um partido de combate, de revolucionários profissionais, de uma vanguarda marxista claramente delimitada, de um partido que prepara conscientemente o enfrentamento com o Estado e a tomada do poder pelos trabalhadores sob a sua direção, são idéias que agregam algo de substancialmente novo. O caráter do partido, seu funcionamento, sua função, são pensados de um modo distinto.

No próximo artigo desta série, analisaremos as razões desta revolução leninista na concepção de partido: a atualidade da revolução, uma teoria mais elaborada da formação da consciência de classe, um avanço na formulação da estratégia de conquista do poder. Analisaremos também as variações na aplicação prática de suas idéias ao longo da experiência histórica dos bolcheviques.

Continuação da página 16

PT, principalmente por parte de certos parlamentares que tem se dirigido à grande imprensa com críticas ferinas ao partido ou militantes? Em particular estes últimos episódios envolvendo uma circular da Executiva Nacional que estabelece normas para pronunciamentos em nome do partido e que foi taxada de stalinista pelo líder da bancada estadual do partido em São Paulo?

— Veja, ontem eu fiquei sabendo que o Diretório Estadual de São Paulo estaria remetendo para a Secretaria Nacional do partido um pedido de revisão da circular n.º 9. A circular é um documento interno, e portanto as questões relativas a ela devem ser encaminhadas internamente. É um procedimento correto e democrático; qualquer um tem o direito de discordar e encaminhar internamente suas posições. Agora o que não é correto foi o que aconteceu com a circular n.º 8. Ela saiu com erros, e o próprio companheiro Jacó ainda na semana passada reconheceu que

A greve geral esbarra hoje na falta de disposição de luta de muitos dirigentes. Mas temos que entender que, parando alguns setores fundamentais, os outros também acabam parando.

ela devia ser retificada. E quando ela estava sendo retificada, então ela cai na

imprensa burguesa, antes mesmo que qualquer pessoa interessada, no partido, fizesse à direção nacional os questionamentos que quizesse sobre o assunto.

Eu até agora tenho engolido alguns sapos no partido. Entretanto, jogar para fora, para a imprensa burguesa, certas coisas que algumas pessoas estão jogando, é um claro ato de má fé.

Eu tenho feito questão neste período pré-eleitoral no partido de, às vezes, engolir sapos para não piorar as coisas. Entretanto eu acho que este tipo de procedimento de jogar a circular para fora foi inequivocamente, um ato de má fé de quem o fez. Há má fé no sentido de tentar fazer com que a questão da crise do PT tenha um sentido grave e tumultuado, de fim do partido, que não tem nada a ver com nossa realidade. Este comportamento não visa construir o partido, não ajuda em nada. O mínimo que se esperava de um companheiro que recebesse a circular e discordasse, o mínimo era que telefonasse para algum dirigente nacional, ou para a Secretaria Nacional, perguntando se era aquilo mesmo, e que propunha tal e qual modificação etc. Por isso é que eu concluo que quem fez isso só teve o propósito de criar animosidade dentro do partido e não de construí-lo.

Não posso admitir do companheiro Marcos Aurélio que ele saia de um encontro do partido dizendo que foi golpe, que não vai acatar etc. O PT tem definições e instâncias que têm que ser respeitadas.

A motivação desta circular esteve na nossa discussão, na direção nacional, de que nenhuma direção municipal, estadual e nacional, e também os parlamentares, deveriam assinar qualquer documento que contrariasse o programa do partido. Isso no entanto não impedia, de forma alguma, que nenhum militante deixasse de opinar internamente sobre o que for, defender a posição que quiser, seja ela qual for. O que não pode no entanto

ocorrer é que militantes do partido, especialmente de direção, saiam de encontros ou pré-convenções onde democraticamente se aprovou isto ou aquilo, e por não concordarem, elaboram documentos ou dão declarações em contrário do programa do partido ou ao que foi aprovado. Ora, é preciso que estes companheiros tenham um mínimo de responsabilidade porque, como direção do partido, têm que acatar como mais ninguém, aquilo que for aprovado.

Da mesma forma que eu não posso admitir do companheiro Marcos Aurélio que ele saia do encontro do dia 21 que definiu as normas da pré-convenção dizendo que foi golpe etc, eu não posso também admitir isso de nenhum companheiro. Quer dizer, uma vez que uma pessoa fez uma opção por um partido determinado ela tem definições e instâncias que tem que respeitar. É isso que a circular visava e que temos que resguardar a todo custo.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS n.º 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.